

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PRODESO

ABASTECIMENTO ALIMENTAR

PLANO DE TRABALHO

ISP-140

PMS	CPM	GERIN
BIBLIOTECA		
586	07/05/98	
N.º Reg	Data	

CARACTERÍSTICAS GERAIS
DO ABASTECIMENTO
ALIMENTAR EM SALVADOR

Coordenador Geral do PRODESO:

Sérgio Hage Fialho - Técnico
de Administração

Plano elaborado por:

Ney de Castro Silva - Economista

Apoio técnico:

Ruy Santos Leite Monteiro - Economista

Adalberto Bulhões Filho - Aux. Técnico
de Administração

Apoio administrativo:

João Emenegildo Neri Solano

ROTEIRO

R O T E I R O

APRESENTAÇÃO

DEFINIÇÃO PRÉVIA

JUSTIFICATIVA

12- OBJETIVOS

19- O ENVOLVIMENTO DA PREFEITURA

27- CARACTERÍSTICAS GERAIS DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR
EM SALVADOR

38- ESTRATÉGIA

ATIVIDADES

CRONOGRAMA

ENVOLVÊNCIA

ORGANIZAÇÃO

REQUISITOS

CUSTOS

FONTES DE FINANCIAMENTO

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

PROFESSOR

Já se constitui retardatária a tentativa de desenvolver uma ação no âmbito da Prefeitura Municipal de Salvador frente às questões do abastecimento alimentar da Capital do Estado da Bahia.

Todavia, ainda que retardatária, as proposições de trabalho aqui declaradas se apresentam amoldadas às condições características atuais do setor.

O presente documento busca situar o abastecimento alimentar no âmbito da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador assim como a abrangência da questão além da administração Municipal e apresenta uma proposta de trabalho que procura ser embrionária e precursora da atuação ofensiva do Governo Municipal no setor.

O trabalho aqui esboçado pretende apresentar um conjunto preliminar de iniciativas de modo a "viabilizar o ingresso da Prefeitura na área de abastecimento em termos mais ativos do que até aqui tem sido observado".

Entende-se que a mobilização da administração Municipal deve se dar em dois momentos: um, de curto prazo, sobretudo através de medidas de prospecção e raras ações executivas no setor e, outro de médio e/ou longo prazo, com o desenvolvimento das ações empreendidas anteriormente.

Este Plano de Trabalho se reserva exclusivamente ao desdobramento daquilo que se insere na programação de curto prazo, na medida em que, o que se seguirá deverá constituir-se na extensão de empreendimentos anteriores, portanto sujeito a um redimensionamento por conta dos resultados de um contínuo processo de acompanhamento e avaliação do andamento deste plano.

DEFINIÇÃO
PRÉVIA

PRODESU

Em geral, os fenômenos do abastecimento alimentar que ocorrem no interior do espaço urbano se por um lado mantêm estreita relação com os problemas do desenvolvimento urbano como um processo, por outro estão sujeitos a questões do âmbito do poder Municipal. Como exemplo, pode-se apresentar: a localização de um equipamento de abastecimento alimentar deve orientar-se segundo as prescrições da organização espacial de uma cidade consoante um programa de desenvolvimento urbano que, contemple a dotação de serviços básicos aos bairros, perfeitamente integrados aos sistemas viário e de transporte e se harmonize com o ambiente urbano como um todo e com a localidade onde se instala; a distribuição espacial homogênea na cidade, da oferta de produtos alimentares constitui área de envolvimento do Governo Municipal em face de que a localização e a forma de organização dos equipamentos afetam o estabelecimento dos preços, alterando por consequência o nível de consumo alimentar, e implicitamente, a qualidade de vida da população urbana.

Se os exemplos não bastassem, ressalte-se que as questões de higiene e normas técnicas nas feiras e mercados de todos os tipos, são de competência da Administração Municipal.

JUSTIFICATIVA

PRODES O

A observação frente à inadequação da atuação dos organismos tradicionais na questão do abastecimento alimentar, levaram o Governo Federal a imprimir medidas visando a melhoria dos padrões de abastecimento alimentar por meio da institucionalização do Sistema Nacional de Abastecimento.

Até então dispunha-se, desarticuladamente, de um acervo de equipamento para fins de abastecimento alimentar que se constituíam em regra de armazéns gerais e mercados/feiras municipais. Paralelamente à decisão Federal cresciam de maneira acentuada inúmeras rêdes privadas de mercados varejistas. Estes surgiram reunindo técnicas comerciais modernas dispostos e capazes a satisfazer um nível de carência marcante na esfera do consumo geral.

Recentemente, a demarcação de medidas na esfera do abastecimento alimentar ao nível da União, constituiu-se na implantação das Centrais de Abastecimento. Este tipo de equipamento reunia, inicialmente, a função precípua de atuar ao nível do atacado.

No varejo, prevaleciam de um lado as feiras tradicionais e de outro os obsoletos mercados municipais e, por último uma emergente e sempre crescente rede de mercados modernos - os supermercados.

Conformava-se desse modo um quadro com os seguintes traços: no atacado, a disponibilidade de equipamentos públicos modernos - as Centrais de Abastecimento - servindo de suporte, quando muito, à rede de mercados varejistas de natureza privada. Um quadro tradicional operava paralelamente: as feiras e mercados municipais.

Dessa conjuntura surgiram os Hortomercados e até mesmo os mercados da Cobal, os quais não se constituíram na solução necessária frente a questão da descontinuidade na esfera pública, do processo de abastecimento alimentar.

Ademais constatou-se que a articulação institucional, envolvendo o Poder Municipal, dado o seu raio de competência, se tornava necessária e fundamental para a eficiência do sistema de abastecimento.

Esta situação não sofreu alterações no seu conjunto, de modo que prevalece até hoje, variando tão somente em termos de estágio de desenvolvimento de um lugar para outro.

Assim, já não se admite que a participação do Governo Municipal se restrinja à administração burocrática de mercados, já superados tecnicamente e obsoletos, ou mesmo a mecanismos puramente fiscais de acompanhamento de feiras, todos atuando de forma desarticulada desde o nível interno da Prefeitura Municipal até o plano vertical quando deve se integrar aos níveis Estadual e Federal assim como na acoplagem produção - comercialização (atacado e varejo).

Em Salvador o tipo de tratamento que tradicionalmente, no âmbito Municipal, se tem dado à questão do abastecimento alimentar é identificado a partir do conhecimento do tipo de serviço encontrado nos mercados municipais, a inexistência de diretrizes ordenadoras das feiras livres e ausência de critérios que oriente a iniciativa privada no que concerne à implantação de mercados no espaço urbano,

Daí decorrer a imperiosa necessidade de se implantar na Prefeitura da Cidade do Salvador uma prática de trabalho voltada para as questões de abastecimento alimentar, baseada em decisões técnicas à luz da política Nacional de Abastecimento, articuladas com os organismos que compõem os Sistema Nacional de Abastecimento e com a programação global para a Região Metropolitana de Salvador.

OBJETIVOS

A definição de pontos a serem alcançados pelo Plano de Trabalho em Abastecimento Alimentar da Prefeitura Municipal do Salvador, deve ser procedida inicialmente, a partir da constatação do quadro do setor na atualidade sem se perder de vista uma estratégia de trabalho que compatibilize as possibilidades de recursos disponíveis e um sequenciamento metodológico exequível e operacional.

Neste sentido, constata-se que o nível de envolvimento ou de participação que a Prefeitura da Cidade do Salvador tem tido com a questão do abastecimento alimentar, é de tal modo reduzido que o processo que se pretende demarrar reveste-se de características, se não pioneiras, embrionárias. Isto faz com que se assuma a consciência de que só se alcançam melhorias significativas nos padrões globais e na prestação do serviço de abastecimento alimentar no longo prazo e por meio de uma atividade de planejamento que enfoque variáveis da Cidade como um todo, ou seja, que não somente aspectos restritivos - porém urgentes - considerados num primeiro momento. Entende-se com isso que se deve eleger prioridades desde que, o leque de alternativas de trabalho no setor é por demais abrangente.

Com isso privilegia-se, no sentido de tornar imediatamente objeto de trabalho, os aspectos no âmbito da Prefeitura da Cidade do Salvador que já fazem parte do seu patrimônio físico, administrativo ou institucional. Implícitamente se impõe a preterição de ações mais profundas ou mesmo mais eficazes. Isto decorre de não se pretender "queimar etapas" visto que o não desenvolvimento ou não amadurecimento destas etapas pode comprometer estágios mais avançados.

Todavia, o menor avanço que se proceda sobre os problemas do abastecimento alimentar na Cidade do Salvador permite aclarar algumas questões que afloram facilmente do quadro geral, refletindo carências de certos serviços.

Neste sentido, observa-se a desfuncionalidade da CEASA

em relação aos pequenos e médios varejistas, dado que a sua localização não favorece o relacionamento necessário entre esses dois níveis. Assim manifesta-se um "vazio" entre os mesmos, o qual requer seja suprido por um novo equipamento, a fim de exercer um papel de suporte ao mercado existente, podendo ser ampliado para absorver outras funções comerciais (semi-atacado de cereais, estivas e lojas de serviços), as quais contemplam esse equipamento de um amplo dinamismo comercial - quanto a sua polivalência de produtos e representatividade no mercado global da cidade. Entretanto tais proposições devem ser objeto de detalhamento e exame necessários, através do estudo de viabilidade.

Do mesmo modo o baixo consumo de pescados em geral que se efetiva em Salvador, aliado ou justificado pela total desorganização da comercialização desse produto, indica com toda a evidência a imperiosa necessidade de se dotar a comercialização de pescados de um mínimo de equipamentos de apoio e, incentivos a sua comercialização e consumo, respectivamente.

Assim é que, sem prejuízo daquilo que se pretende alcançar por meio de uma atividade programática, pretende-se que as necessidades mais latentes e ao alcance da capacidade de intervenção do Governo Municipal sejam objeto de trabalhos concretos por parte deste Plano de Trabalho, imediatamente. Objetivamente se entende que deve constituir prioritário para a Prefeitura da Cidade do Salvador:

I) a transformação dos atuais Mercados Municipais (sob sua administração ou arrendados) em unidades efetivamente úteis à população, rentáveis para aqueles que os operam e viáveis economicamente para a Prefeitura;

II) aplicação de medidas inovadoras nas feiras da cidade (autorizadas, não-autorizadas e emergentes) implicando uma sistemática de organização das mesmas que possibilite melho-

ria no meio-ambiente, modificações qualitativas dos produtos e nas suas apresentações, coibição de abusos no uso do espaço e integração das feiras ao abastecimento alimentar global da Cidade, ao Sistema Nacional de Abastecimento e ao ordenamento do espaço urbano;

III) estudo de viabilidade de implantação de um entreposto de pescado em Salvador;

IV) estudo de viabilidade de implantação de um mercado semi-atacadista polivalente;

V) modernização administrativa da Prefeitura no âmbito do abastecimento alimentar.

A eleição desses cinco objetivos como prioritários para a Prefeitura quer traduzir a mais imediata responsabilidade desse organismo na questão do abastecimento qual seja, principalmente, a dinamização de uma rede de equipamentos já existente.

A intervenção nesses planos necessariamente virá requerer um suporte institucional para fins de levar à operacionalização as medidas modificadoras concebidas para a rede.

Entende-se com isso que a estrutura de administração das questões ligadas ao abastecimento alimentar atualmente utilizada na Prefeitura Municipal do Salvador não se mostra satisfatoriamente adequada às reais necessidades.

A vista desses parâmetros o presente Plano de Trabalho a partir do seu desenvolvimento deverá apresentar um elenco de propostas executivas à Administração Central da Prefeitura visando:

- 1) A modernização da rede de Mercados Municipais existentes.

- 2) Disciplinar e organizar a rede de feiras livres na Cidade do Salvador
- 3) Criação de um organismo Municipal, com características modernas, capaz de implantar as medidas de intervenção concebidas neste projeto para os mercados, para as feiras e, implantar na Prefeitura a atividade de abastecimento alimentar, possibilitando a partir daí medidas mais abrangentes como criação ou remanejamento de mercados e/ou de feiras, prática de estocagem, etc., pela Prefeitura.
- 4) Concluir-se quanto a viabilidade de implantação de um entreposto de pescados em Salvador sob a responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Salvador.
- 5) Concluir-se quanto a viabilidade de se criar sob a responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Salvador um mercado semi-atacadista no interior da Cidade do Salvador.

De logo convém adiantar que não se pode pretender que, com a intervenção da Prefeitura Municipal no abastecimento alimentar nos moldes que ora se propõe e mais a longo prazo, quando a atividade amadurecer no interior do Governo Municipal, se alcance profundas alterações nos indicadores finais da qualidade do consumo alimentar da população, ou seja, que principalmente as classes sociais de mais baixa renda obtenham na alimentação padrões mínimos aceitáveis de consumo de proteínas e calorias.

Aqui toma-se como marco balizador ou determinante substancial da qualidade do consumo alimentar o nível de renda das pessoas, certo de que este indicador se reveste de importância como se fôra a válvula de controle, ou seja, que a renda auferida por cada pessoa determina a sua capacidade de consumir.

Contudo agrega-se com uma das convicções para este trabalho que, o quadro monopolístico que se forma em Salvador para determinados tipos de consumidores, a péssima qualidade dos serviços de abastecimentos alimentar que se oferece para a maioria da população, e o estado crítico dos mercados municipais e das feiras, não deixam dúvidas quanto a responsabilidade de ação que se impõe ao Poder Público imediatamente.

A busca de maiores detalhes acerca do abastecimento alimentar nesta Capital permite que aflore à vista das observações dois problemas que se revestem de características específicas no setor:

- De um lado o relacionamento operacional entre a CEASA/BA e o mercado varejista é dificultado pela localização geográfica do primeiro, situação esta que impõe a aqueles que procuram valer-se de seus serviços um custo adicional derivado do transporte e até mesmo do tempo que se dispende neste deslocamento.

Daí se depreende a necessidade de se intervir nos canais de funcionamento desse sistema por meio da implantação de um novo empreendimento que viesse preencher a defasagem entre a CEASA/BA e o mercado varejista. Por isso se empreenderá na execução deste Plano de Trabalho um estudo de viabilidade de implantação de um mercado semi-atacadista de horti-granjeiros, cereais e laticínios na Cidade do Salvador.

- De outro, a ausência de qualquer intervenção governamental que promova a organização da comercialização de pescados em geral em Salvador e a tendência de crescimento do consumo desses produtos aliados a importância relativa que os mesmos podem exercer no padrão nutricional da população, deixam antever a possibilidade de estrangulamento desse relevante setor do abastecimento alimentar no médio prazo.

Assim é que constitui-se como tarefa prioritária para este Plano o estudo de viabilidade de implantação de um entreposto de pescado em Salvador, dotando a Cidade de um moderno equipamento capaz de gerar benefícios para os consumidores, tanto em preço quanto em qualidade, como fortalecer o processo de expansão e desenvolvimento das empresas atuantes no setor.

O ENVOLVIMENTO
DA PREFEITURA

PRODES

"A questão da envolvimento do Governo Municipal na problemática do abastecimento alimentar, se apresenta em primeira instância com uma certa imprecisão em vista de que o ato de consumir constitui apenas o ponto terminal do processo conceituado como abastecimento. Daí adianta-se que o consumo urbano reveste-se mais propriamente de um resultado.

Contudo, os fenômenos do abastecimento alimentar que ocorrem no interior do espaço urbano se por um lado mantêm estreita relação com os problemas do desenvolvimento urbano como um processo, por outro estão sujeitos a questões do âmbito do poder Municipal. Como exemplo, pode-se apresentar: a localização de um equipamento de abastecimento alimentar deve orientar-se segundo as prescrições da organização espacial de uma cidade consoante um programa de desenvolvimento urbano que, contemple a dotação de serviços básicos aos bairros, perfeitamente integrado aos sistemas viários e de transporte e se harmonize com o ambiente urbano como um todo e com a localidade onde se instala; a distribuição espacial homogênea na cidade, da oferta de produtos alimentares constitui área de envolvimento do Governo Municipal em face de que a localização e a forma de organização dos equipamentos afetam o estabelecimento dos preços, alterando por consequência o nível de consumo alimentar e implicitamente, a qualidade de vida da população urbana.

Se os exemplos não bastassem, ressalte-se que as questões de higiene e normas técnicas nas feiras e mercados de todos os tipos, são de competência da Administração Municipal.

É notório portanto que, do conjunto desses fatores dependem os padrões do abastecimento alimentar. E é a partir deles que, com a manipulação de variáveis complementares, o poder público municipal pode participar de uma oferta de produtos alimentares de melhor qualidade a população.

Numa ótica de limitações e definições de competências institucionais, cabe observar um trabalho, que tem o fito de auxiliar as administrações municipais publicado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFEAU.

"Os serviços públicos que, normalmente, integram a competência dos Municípios, são os seguintes:

XXVI - construção de matadouros, regulando-os, fiscalizando-os e explorando-os diretamente de forma a fornecer carne sadia à população; construção de açougues, regulando-os, fiscalizando-os, explorando-os diretamente ou por via de concessão, sem caráter de monopólio;

XXVII - construção e exploração de mercados públicos, policiando-os e não permitindo monopólios e atravessamento de gêneros de primeira necessidade, neles expostos à venda, assim como fiscalizando a qualidade dos gêneros sob todos os aspectos, especialmente sanitário;

XXVIII - instituição e regulamentação de feiras livres para a venda de gêneros de primeira necessidade e produtos de pequena lavoura, fiscalizando a qualidade dos gêneros, e não permitindo monopólios e atravessamento;

XXIX - instituição, se entender de interesse público, de armazéns e postos de abastecimento, para fornecer gêneros de primeira necessidade à população, sem intuito de lucro;

XXX - instituição de usinas de beneficiamento de produtos, quando o exigir o interesse público, explorando-o diretamente ou por concessão" (1).

(1) SILVA, José Afonso da - O Prefeito e o Município. Ministério do Interior / Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, 1971.

Evidencia-se com isso, que a competência do Governo Municipal ou o grau de sua envolvimento no abastecimento alimentar se situa desde a definição de normas e regulamentações, fiscalização e implantação de equipamentos até a exploração destes". (2)

(2) Prefeitura da Cidade do Salvador. Posicionamento e indicações quanto a participação da Prefeitura no abastecimento alimentar da Cidade do Salvador, 1975.

Até os primeiros anos da década de 60 o abastecimento alimentar da Cidade do Salvador guardava como traço característico nos seus equipamentos em operação um conjunto de feiras-livres, tendo como expoente de identificação a antiga feira de água de Meninos, reservando um segundo plano à feira da-Sete Portas.

Nos bairros onde se aglomeravam os estratos populacionais de baixa renda o abastecimento por meio das feiras-livres era completado pelas tradicionais "quitandas" enquanto que nos bairros onde predominavam as altas rendas pessoais os antigos verdureiros por um lado e as mercearias por outro, faziam essa complementação.

No quadro global dos equipamentos de abastecimento alimentar se inseria o conjunto de mercados municipais que teoricamente teriam por fim prestar esse serviço específico à população. A instalação de cada uma dessas unidades ressaltava justificativas técnicas como adequação à organização do espaço urbano, ao sistema viário, aos determinantes do mercado e economicidade, entre outros.

O acelerado processo de urbanização pelo qual ainda passa a Cidade do Salvador impôs aos cidadãos hábitos cotidianos desconfortantes, exigindo, por conseguinte, costumes simplificadores no dia-a-dia dos habitantes.

Este fato, aliado a excessiva concentração de renda deu lugar ao surgimento de novas unidades comerciais de abastecimento alimentar através dos modernos "super-mercados" que traziam consigo técnicas inovadoras, em termos de simplificação de consumo. Induzia, por meio da imagem de comodidade no ato de comprar, a um consumo de massa de qualidade discutível. Daí, associados a capacidade financeira e de barganha frente a uma política de estoques e às fontes produtoras, dispunha-se facilmente da manipulação dos instrumentos que

possibilitam estabelecimento do nível de preços, tipo e qualidade de produtos nesses equipamentos.

Essas características em geral superestruturais, refletem as "modificações no seio da produção - elevação da produtividade basicamente -, no seio da própria comercialização - a possibilidade dada pela integração do mercado nacional e portanto pela capacidade de operação de grandes grupos empresariais em escala nacional - e das modificações na estrutura da distribuição da renda - de que o fenômeno da concentração da renda da Região Metropolitana de Salvador é o fator básico para a existência de clientela dos supermercados". (3)

Como se pode denotar pelas características do tipo de serviço que esses equipamentos podem oferecer, o raio de atuação dos mesmos não se estende em escala significativa às camadas da população de baixa renda.

Prevalecem nas localidades onde habitam as famílias de baixa renda hábitos de consumo alimentar, segundo as modalidades, vinculados aos sistemas tradicionais, ao tempo em que os equipamentos particulares das redes de menor porte começam a penetrar nessas áreas, de princípio apresentando escalas operacionais que não permitiriam o estabelecimento de preços em níveis mais baixos.

As ações do poder público frente à problemática de abastecimento alimentar tem sido quase que restrita à produção. No nível da comercialização acionou-se o sistema CEASA, limi

(3) GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SEPLANTEC/CONDER/CERRAP. Estudos sobre o abastecimento alimentar da Região Metropolitana de Salvador. Tomo I, Estudo do Consumo de Alimentos.

tado ao atacado, que já se ressentia de uma articulação com um sistema varejista; esta interação constitui-se na alternativa mais recomendável para uma ação eficaz do poder público no abastecimento alimentar.

No que se refere às feiras, a sua parte de operações referente à varejo assume características que mostram com clareza a relativa omissão do poder público na sua administração: a coexistência de varejo e atacado (este em prejuízo do sistema CEASA), péssimas condições sanitárias e de higiene, localização inadequada tanto do ponto de vista do sistema viário quanto dos mercados. Este é o equipamento que tem servido de suporte à comercialização varejista que opera nos bairros populares. Além de serem assimiladas as mesmas características do seu ponto central de apoio, vê-se sobrecarregado pela imputação de um custo de transporte, talvez passivo de correção, dada a desconexão entre as situações geográficas do ofertante e do demandante.

Aqueles equipamentos que poderiam apresentar ou dispor de condições efetivamente melhores para o consumo por parte da população de baixa renda, não contam com um suporte organizacional compatível com os modernos mecanismos de comercialização.

Do ponto de vista externo, esses mercados municipais não mantêm nenhuma relação estreita e articulada cotidianamente com a CEASA - o equipamento Governamental que atua no atacado. Assim, tanto os próprios mercados municipais giram em torno do que pode lhe ser oferecido pelos atacadistas da iniciativa privada, quanto a CEASA se ressentia de um apoio por parte da ação Governamental no varejo.

Neste mesmo ângulo de análise ainda se observa que os mecanismos ou aparato presentemente utilizado para administração desses mercados se revelam inadequados, isto é, não acompanharam as exigências de uma pretendida organização moderna.

Este descompasso fez com que não se imprimisse novos métodos de operação, estruturação de custos, programação de atividades, revisão dos objetivos, avaliação de desempenho, etc. Constatase na Secretaria de Administração e Serviços Públicos a existência da Seção de Mercados compreendida pela Divisão de Serviços que por sua vez é incluída no Departamento de Prestação de Serviços. No mesmo Departamento se encontra a Divisão de Concessões e Permissões que reúne, dentre outras, as Seções de Concessões e Permissões e a de Fiscalização. No âmbito do Departamento de Administração, ainda da Secretaria de Administração e Serviços Públicos se encontra a Seção de Feiras - livres da Divisão de Polícia Administrativa a quem cabe administrar as feiras-livres.

Isto posto, por um lado torna-se fácil perceber o grau de dispersão das competências administrativas sobre as questões de abastecimento alimentar existente na Prefeitura da Cidade do Salvador e, por outro, conhecer uma das razões que levam os mercados e feiras da Cidade não possuírem a mínima dinamicidade do ponto de vista das necessidades de modernização. Os organismos mais diretamente ligados a esses equipamentos, não estão sequer alocados convenientemente.

Segundo um ponto de observação aos problemas internos atualmente existentes, à primeira vista registra-se nos mercados o mais extenso elenco de variedades de produtos colocados à venda, tais como, louças, bebidas, roupas, calçados, miudezas, cerâmica, velas, sacos, aparelhos eletro-doméstico e ferro velho, mostrando a inexistência de objetivos específicos de comercialização de produtos alimentares na operação desses equipamentos.

À uma prestação de serviço de baixa qualidade, soma-se um baixo nível de renda da população, conduzindo a padrões de nutrição insatisfatórios. Isto é mostrado pelo CERRAP/CONDER/SEPLANTEC nos estudos sobre o abastecimento alimentar da Região Metropolitana de Salvador no Tomo I - Estudo do Consu

mo de Alimentos:

"A partir das estimativas e projeções da repartição da renda calculou-se a proporção da população da RNS afetada por desnutrição. Pelos resultados se vê que já em 1962 cerca de 70% da população sofria de deficiência calórica e 16,5% de deficiência proteínica. Entre 1962 e 1971, a concentração da renda que então se verificou fez com que a situação se agravasse ainda mais: a proporção dos que consumiam menos de 2.450 calorias* por dia aumentou ligeiramente (de 70,4% para 71,5%), mas a dos que consomem menos de 55g de proteínas* subiu fortemente, de 16,5% para 29,5%. Na verdade, a concentração da renda havida deve ter também agravado a deficiência calórica, na medida em que cerca de 12% da população que, em 1962, consumiam em média 1.662,57 calorias/dia caíram para grupos de renda familiar cujo consumo médio era de 1.029,21 ou 1.302,63 calorias/dia. Em suma, a concentração da renda agrava a deficiência calórica e aumenta a proporção dos que sofrem de deficiências proteínica".

Esta situação tem feito com que alguns organismos que têm alguma competência no setor se mobilizem no sentido de desenvolver ações efetivamente capazes de contribuir para alterar os padrões do abastecimento alimentar em Salvador.

Com efeito, a CEASA se constitui até então na iniciativa de maior importância que se verificou ultimamente, independente dos resultados que tem até então obtido. Vale notar que a desconexão deste empreendimento com uma necessária rede varejista tem prejudicado um melhor desempenho.

Em segundo plano é de se observar as incursões realizadas pela COBAL que de há muito vem empreendendo ações tanto a nível de varejo quanto de atacado, contudo em pequena escala.

*Admitido como mínimo necessário

Num plano recente situa-se a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER que a partir do projeto Agro-pecuário do Recôncavo, em 1972 realizou estudos de cunho de diagnóstico do setor e, atualmente, está elaborando um projeto executivo para a Região Metropolitana.

Não se conhece atividades no âmbito da Secretaria da Agricultura que mereçam destaque dentre os demais organismos que se envolvem com o setor, sabendo-se tão somente que a mesma participa, em grande escala, da composição da CEASA.

Qualquer iniciativa que a Prefeitura Municipal de Salvador assuma, necessariamente, vai requerer uma estreita interligação com todos esses organismos.

ESTRATÉGIA

PRODES

Pretende-se adotar um comportamento nas atividades da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador na área do abastecimento alimentar que possa ser genericamente sub-dividido em dois grandes momentos do trabalho, quais sejam:

- I - Ação modificadora sobre o conjunto do setor atualmente existente.
- II - Crescimento e desenvolvimento do conjunto modificado na Etapa I.

O desdobramento projetado visa a que se acione todos os instrumentos disponíveis para emprego no abastecimento alimentar no sentido de, primeiramente manipulá-los visando recuperar (ou não) as variáveis que já são componentes do acervo municipal no setor, quais sejam: os órgãos existentes, a legislação em vigor, os mercados implantados (em funcionamento ou não) e as feiras existentes (consolidadas ou emergentes), simultaneamente aos estudos de viabilidade.

Ai tanto serão definidos e elaborados os projetos para a melhoria do desempenho da Prefeitura no setor, sobre o que já existe, quanto o necessário desenvolvimento de um trabalho prospectivo sobre o setor de abastecimento alimentar da Cidade, tais como a sua administração, as bases e formas de operação dos equipamentos, a disponibilidade de fontes de financiamento e os recursos em geral com que conta ou pode contar a Prefeitura.

O segundo momento se constituirá no desenvolvimento da ação municipal frente ao abastecimento alimentar da Cidade, devendo caracterizar-se essa etapa, sobretudo pelo franco crescimento e ampliação da rede de equipamentos públicos municipais no setor.

Constituirá, portanto, um propósito definido para este Plano de Trabalho a delimitação entre os dois momentos básicos que são aqui contemplados:

um, o primeiro, guarda principalmente características de aproveitamento dos instrumentos já disponíveis pela Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador com o sentido de adequá-los à situação presente e outro, o segundo, a ampliação dos equipamentos municipais, criação e implantação de novas alternativas de abastecimento alimentar.

A adoção desta estratégia alternativa de trabalho se baseia no fato de que admite-se que o segundo momento deverá se constituir no amadurecimento dos projetos que venham ser elaborados no primeiro. Daí porque se entende que a solução institucional para administração do setor de abastecimento alimentar, traduzido num organismo para a Prefeitura da Cidade do Salvador surgirá a partir das necessidades organizacionais detectadas na elaboração dos projetos, no curto prazo. Assim sendo, a perspectiva que se esboça tem o sentido de dotar a Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador de um organismo capaz de administrar um setor com as características que venham se impor e não com o sentido inverso qual seja, a eleição de certas características para a ação da Prefeitura no abastecimento alimentar a partir dos condicionantes de mobilidade e ação administrativa de um organismo previamente definido.

Desse modo, pode-se resumir que, na medida em que se cumpra a primeira fase do Plano de Trabalho em Abastecimento Alimentar da Cidade do Salvador compreendendo, por fim, um projeto para os mercados existentes, um projeto para as feiras, os estudos de viabilidade de um mercado semi-atacadista e de um entreposto de pescado e, a montagem de um modelo que identifique uma nova organização estrutural - Administrativa da Prefeitura no setor, terá demarcação a segunda fase deste Plano de Trabalho correspondendo o seu início à implantação do organismo para administração do setor de abastecimento alimentar na Prefeitura, que por sua vez terá como atividade prioritária a implantação dos projetos contemplados na primeira etapa e, como segundo plano, o crescimento e desen-

volvimento da atuação da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador no abastecimento alimentar da Capital, expandindo a sua rede de equipamento e definindo em assessoramento à Administração Central do Município, a política Municipal para o Abastecimento Alimentar e a consequente programação.

A definição de quaisquer projetos para os mercados e para as feiras necessariamente se procederá em estreita dependência do quadro que esses equipamentos apresentam. Neste sentido se requer, não só como medida de cautela que evite desperdício de recursos, mas também como meio de não impor características definitivas a qualquer equipamento os quais comprometam ou imponham uma forma específica de operação do mesmo, que quaisquer ações com caráter de intervenção, por parte do Poder Municipal, nesses equipamentos sejam condicionados aos propósitos do Plano de Trabalho em abastecimento que se empreenderá.

Com efeito toda e qualquer medida que venha ser tomada deverá sofrer uma apreciação pela equipe técnica que executa o Plano.

Desse modo se procederá de forma embrionária a coordenação das questões ligadas ao abastecimento alimentar na Prefeitura, processo que propiciará os primeiros instrumentos para implantação de um organismo centralizador que será projetado.

ATIVIDADES

PRODESO

Em que pese se poder afirmar que a qualidade e os níveis de alimentação da população de Salvador são significativamente insatisfatórios, o acervo de estudos sobre a questão não é restrito.

Os diagnósticos levantados, todos em geral através de pesquisas diretas, apresentam conclusões concretas que indicam o estágio da ação Governamental no setor, mostrando a necessidade de uma intervenção múltipla por parte do poder público, qual seja o da intervenção em situações e níveis específicos do abastecimento alimentar respaldado numa cadeia que se articule desde a produção até a comercialização varejista.

Com esses propósitos situados como "pano-de-fundo", o Plano de Trabalho em Abastecimento Alimentar para a Prefeitura da Cidade do Salvador terá como parâmetros no seu desenvolvimento e, para a elaboração de suas propostas de intervenção, os trabalhos até aqui concluídos para o setor assim como alguns outros levantamentos e pesquisas que serão empreendidos visando situações específicas.

Pretende-se, desse modo, tornar as atividades as mais operativas e objetivas possíveis. Assim é que os estudos com características de diagnósticos até então realizados serão tomados como conclusivos em relação as suas respectivas épocas de realizações, no sentido de afastar-se qualquer possibilidade de redundância de conclusões sobre determinados parâmetros ou mesmo, levar estudos sobre quaisquer temas, à exaustão.

Nesse sentido o trabalho terá como balizamentos:

I - Estudos básicos disponíveis:

- a) Projeto das Centrais de Abastecimento da Bahia S/A CEASA/BA, elaborado pela SERETE.
- b) Estudos básicos sobre o Abastecimento Alimentar da Região Metropolitana de Salvador realizados pe

lo CEBRAP/CONDER, compreendendo:

TOMO I - Estudos do consumo alimentar (Projeção da população, renda interna, renda pessoal, repartição da renda e consumo alimentar)

TOMO III - Estudo das Áreas de Produção
Pesquisa sobre abastecimento de gêneros alimentícios na Região Metropolitana de Salvador e Estudo da comercialização de Alimentos na Região Metropolitana de Salvador.

- c) Diagnóstico Urbanístico da Região Metropolitana de Salvador realizado pelo CONDER.
- d) Pesquisa sobre orçamentos familiares em Salvador realizadas pela Fundação Getúlio Vargas.
- e) Pesquisa sócio-econômica sobre a Região Metropolitana de Salvador realizada pelo CONDER.
- f) Pesquisa sobre comercialização de cereais em Salvador realizada pela SERETE através convênio CEA-SA/SUDENE/Secretaria da Agricultura.

II - Estudos básicos a serem realizados:

Os trabalhos aqui propostos objetivam caracterizar variáveis bem particulares da esfera da Prefeitura da Cidade do Salvador, sendo que os mesmos não constituíram até então motivos particulares e especiais de levantamentos prospectivos tendo, quando muito nos estudos setoriais, se traduzido em variáveis comuns do setor sem um tratamento específico e pormenorizado.

- a) Pesquisa sobre os mercados municipais
Estudo que identifique as formas de funcionamento

dos mercados municipais (sob administração direta ou não) de modo que se processe uma análise em profundidade dos seus mecanismos e instrumentos de administração, engenharia e arquitetura, situação espacial no tecido urbano, situação econômico-financeira, características dos agentes sociais intervenientes, funcionalidade (tanto da localização quanto do tipo de serviço ofertado) quanto aos demandantes (vide anexo 4).

b) Levantamento sobre feiras

Procurar-se-á inferir os indicadores mais globais desses equipamentos por meio de um trabalho de coleta direta de dados. Rigorosamente não se pretende efetuar nenhuma pesquisa pormenorizada ou exaustiva sobre as feiras. Primeiramente porque se assume que as intervenções nas mesmas devem-se limitar a melhorias de suas instalações visto que, profundas intervenções poderiam por um lado servir de consolidação, o que nos parece precipitado afirmar ser mais recomendável e, por outro, medidas que possam extingui-la também constituem precipitação quanto a consistência de um projeto dessa natureza. Em segundo lugar não se dispõe de equipamentos substitutivos que possam, no momento, amparar a extinção das mesmas, fato que poderia levar a uma insatisfação por parte dos demandantes desse serviço.

Por fim, dada a extrema complexidade social que envolve as feiras em Salvador, um estudo de profundidade sobre as mesmas implicaria num adiamento de qualquer medida, alternativa injustificada à vista simplesmente das condições concretas em que se encontram as feiras e as formas de relações que estas estabelecem com os outros equipamentos na Cidade.

Desse modo dever-se-á proceder um estudo sobre as feiras identificando, tão somente, a sua problemática global. Possivelmente para esse propósito seja suficiente um levantamento ao nível de agentes representativos das várias categorias que tem envolvimento com o setor e, mais especificamente, com esse tipo de equipamento.

pretende-se com este trabalho identificar os problemas operacionais das feiras de modo que a Prefeitura possa acionar mecanismos de intervenção que proporcionem melhorias do serviço atualmente prestado (vide anexo 4).

- c) Estudo de viabilidade de implantação de um mercado semi-atacadista polivalente.

A localização física da CEASA/BA tem favorecido não só a consolidação de um irregular mercado atacadista na feira de S. Joaquim como também ao surgimento de um comércio dessa mesma natureza em pontos esparsos da Cidade.

Daí se entender a necessidade de ser implantado em um ponto mais acessível, principalmente aos pequenos varejistas, um mercado semi-atacadista que venha funcionar precípuamente em apoio ao sistema atacadista que é encabeçado pela CEASA/BA. Um investimento dessa ordem ao lado de ter por objetivo incentivar o pequeno comerciante, atividade pela qual se alcança uma porção maior de mão-de-obra empregada, servirá sobretudo para fortalecer e consolidar a CEASA/BA.

De outro lado coloca-se a questão do comércio atacadista de cereais e estivas que, por sua descentralização no espaço urbano, ausência de uma oferta elástica de área, má localização na cidade, condição de formação de preços e estocagem, está a merecer um exame mais detalhado que possibilite defi

nir níveis e formas de intervenção do Poder Público que venha fortalecer as condições de crescimento e estabilização do setor, notadamente pela forma monopolística com que vem se dando a expansão dos supermercados.

Ao nível deste Plano de Trabalho deverão se analisar todos os aspectos de conveniência ou não da instalação de um mercado semi-atacadista no interior da Cidade do Salvador. Assim é que questões de natureza legal e de competência, adequação e disponibilidade físico-espacial, exequibilidade financeira, dimensionamento do mercado consumidor e produtos abrangidos pelo mercado constituirão o arcabouço do estudo contemplado. Se concluída pela viabilidade do empreendimento, a partir da implantação do novo organismo municipal para administração das questões ligadas ao setor de abastecimento alimentar deverá ser desenvolvido o projeto executivo para implantação desse equipamento (vide anexo 1).

- d) Estudo de viabilidade de implantação de um entreposto de pescados em Salvador.

A identificação de um estrangulamento na comercialização de pescados em geral na Cidade do Salvador levou a se pretender estudar a exequibilidade de se implantar um equipamento que, se não desafogue, minore as dificuldades operacionais do setor.

A constatação dos obstáculos que a comercialização de pescados encontra em Salvador é visualizada na observação que se empreenda ao Mercado Popular, de propriedade da Prefeitura, localizado em frente à antiga Feira de Água de Meninos, onde por força dos sufocamentos por que tem passado os agentes da comercialização do peixe sobretudo, autônomo, tem se buscado soluções paliativas que até então não tem proporcionado melhorias nas operações e,

por consequência, nos produtos ou mesmo nos seus preços. Partindo desta observação pretende-se estudar a possibilidade de se transformar o Mercado Popular num entreposto de pescados. A abrangência desse estudo deverá compreender a análise de localização segundo os demandantes e fornecedores, a análise econômica e financeira, dimensionamento da escala operacional, custos, arquitetura e engenharia, aspectos administrativos/institucionais e fontes de financiamento.

Se as análises que forem desenvolvidas levarem a se concluir pela viabilidade do empreendimento, a implementação do projeto executivo será atribuição do organismo que a Prefeitura venha criar com o fim de administrar as questões de abastecimento alimentar (vide anexo 3).

- e) Diagnóstico da organização administrativa da PMS no setor de abastecimento alimentar.

O abastecimento alimentar não tem sido conduzido a nível da Administração Municipal, com a relevância ou prioridade que o Governo Federal tem focado o setor. Essa forma de tratamento não só tem contribuído para que a qualidade final do teor da alimentação da população da Cidade do Salvador seja baixa como, implicitamente, a base administrativa onde deveria residir o suporte para a dinamização do setor não apresenta características satisfatórias na administração dos seus negócios.

Neste sentido, constata-se a existência de várias unidades de administração das questões de abastecimento alimentar situados em níveis hierárquicos que já não condizem com a prioridade com que deve se revestir o setor assim como, a dispersão orgânica entre os mesmos gera prejuízos para as soluções que o setor requer.

Da mesma forma, a ausência de uma legislação municipal específica para a área de abastecimento que abarque os aspectos normativos próprios da questão, reflete a assistemização do tratamento que é dispensado ao setor, motivando necessariamente a se estudar os problemas dessa legislação no âmbito municipal.

Com base nessas indicações gerais pretende-se promover um estudo prospectivo sobre a situação administrativa da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador, no que se refere ao setor de abastecimento alimentar de forma a se obter um diagnóstico dessa estrutura.

Neste ensejo, serão examinados todos os organismos considerados envolvidos com o setor, assim como procurar-se-á conhecer os antecedentes administrativos da Prefeitura frente a questão, de modo a se somar experiências.

Este diagnóstico propiciará um conhecimento aprofundado das reais condições de operacionalidade dos órgãos do Município que atuam ou interferem no setor, identificando os seus obstáculos e facilidades, as suas vantagens e desvantagens e, as suas potencialidades (vide anexo 2).

III - Produtos a serem obtidos:

Efetivamente a realização pura e simples da pesquisa sobre mercados, o levantamento sobre feiras e o diagnóstico administrativo não propiciarão resultados que por si só alterem o quadro de ações da Prefeitura no setor. Buscando agregar ao quadro atual medidas que modifiquem o contexto do abastecimento alimentar na Cidade do Salvador - particularmente no âmbito da Prefeitura Municipal - esses trabalhos preliminares deverão ser reunidos e cruzados entre si somando-os aos estudos de viabilidade, sen

do que estes últimos por si só gerarão indicações concretas do ponto de vista de execução.

A partir de uma visão global e compartimentalizada do setor, deverão ser obtidos cinco produtos concretos que se constituirão ou se transformarão em projetos executivos propriamente ditos, a saber:

A-Projeto de modernização de mercados municipais.

Principalmente, com base na pesquisa sobre os mercados municipais será apresentado um conjunto de medidas devidamente compatibilizadas entre si, que constituirão o acervo de ações necessárias para modificar-se toda a caracterização dos mercados municipais de propriedade da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador. Farão parte deste trabalho, tanto os mercados que atualmente estão sob administração direta da Prefeitura quanto aqueles que estão sob quaisquer outras condições como arrendamento, alugados, etc.

Este trabalho terá por objetivo específico fornecer as bases estruturais em que deverão passar a operar esses mercados de forma a serem transformados, sobretudo, em unidades econômicas e financeiramente justificadas segundo um nível de rentabilidade e que ofereçam serviços efetivamente úteis aos seus usuários.

A rede atual desse equipamento deverá sofrer tanto modificações qualitativas quanto quantitativas, isto é, a natureza das suas operações sofrerá alterações e o número de unidades da rede em operação atualmente poderá ser reduzida por proposição do projeto, desde que qualquer uma venha ser julgada anti-econômica.

B-Projetos de melhoria de feiras livres de Salvador.

A baixa qualidade dos padrões de serviços que são

prestados pelas feiras livres na Cidade do Salvador é detectada por meio de uma simples visita a qualquer um desses equipamentos.

Por se tratar de um tipo de equipamento que apresenta uma envolvimento com caracteres sociais complexos, a implantação de medidas de largo alcance requer estudos exaustivos - o que não pode ser contemplado neste estágio do presente Plano de Trabalho. Esse tipo de medida de melhoria implica em se passar a oferecer alterações no conjunto de feiras que poderiam comprometer possíveis revisões programáticas quanto às feiras, ou seja algum remanejamento, extinção ou transferência.

Entende-se que, em vista do atual quadro do abastecimento alimentar em Salvador, é francamente possível se empreender modificações nas feiras ou em algumas delas, que propiciem melhorias na qualidade dos serviços por elas prestados.

Neste trabalho se objetivará promover melhorias nesses equipamentos, tais como:

Obras de urbanização, ordenação, organização e implantação de rotinas de limpeza, todas consolidadas numa concepção geral das feiras da Cidade..

Qualquer ação nas feiras neste estágio estará dissociado de uma política administrativa que necessariamente deverá ser definida e assumida no médio ou longo prazo, respectivamente, pela Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador e pelo organismo de sua estrutura que venha assumir a responsabilidade pelo setor.

C-Modelo Municipal de administração do abastecimento alimentar.

Os requerimentos por novas funções que o abastecimento alimentar tem exigido do poder público, fazem com que se extrapole os limites de atuação por

meio exclusivo das Seções de Feiras-Livres e de Mercados, mecanismos até então prevalecentes de administração do abastecimento.

Desde já não existe dúvida quanto a necessidade de se reunir todos os micro-organismos, até então dispersos e desarticulados, que atuam segundo suas respectivas funções em questões de abastecimento alimentar do âmbito da Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador.

Por força dessa reunião se comporá uma instituição de grande porte, porque reunirá as distintas funções que o abastecimento alimentar requer. A indagação que emerge reside exclusivamente quanto a natureza desse novo organismo. Com certeza não poderá se localizar em uma posição hierárquica na estrutura global da Prefeitura que lhe imponha várias escalas de decisão superiores de modo a lhe limitar sobretudo a sua esfera de competência e a articulação na escala vertical da organização Municipal.

As definições quanto ao seu posicionamento e a sua natureza (Empresa Municipal, Superintendência, etc) deverá se chegar a partir do diagnóstico da organização administrativa da Prefeitura no setor, somado às informações quanto a experiências de outras Prefeituras que venham ser obtidos em visitas diretas e outros mecanismos de conhecimento.

O resultado, a formulação do modelo institucional, deverá ser analisado à luz das concepções que a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER venha a assumir como alternativa institucional para gerenciamento dos novos equipamentos propostos pelo seu Projeto de Abastecimento para a Região Metropolitana.

D) Estudo de viabilidade de implantação de um mercado semi-atacadista polivalente.

Se concluído o estudo por julgar o empreendimento como viável, o documento deverá indicar onde deve se localizar o equipamento, o tamanho do mercado, o lay-out, o modelo de organização administrativa e institucional, as especificações técnicas do equipamento, as fontes de financiamento do investimento, os produtos a serem comercializados, as bases econômicas e financeiras do mercado, a sua infra-estrutura de apoio e o projeto global de implantação do equipamento.

F-Estudo de viabilidade de implantação de um entreposto de pescado.

As análises deverão concluir pela viabilidade ou não de um empreendimento dessa natureza. Se a primeira alternativa prevalecer a Prefeitura saberá da conveniência ou não de aproveitar o Mercado Popular para esse fim. Se neste Mercado não for possível o empreendimento, será indicada uma outra alternativa e, em qualquer desses dois casos, serão apresentadas: a estrutura organizacional, as dimensões da escala do equipamento, o lay-out, as especificações operacionais, a estrutura econômica-financeira, os produtos a serem comercializados, a infra-estrutura de apoio e o projeto global de implantação do equipamento.

CRONOGRAMA

PRODES O

As atividades aqui contempladas se resumem aquelas inseridas no primeiro momento deste Plano de Trabalho, em vista de que a implantação das proposições que foram concebidas nesta fase ficará por conta de um organismo novo que seja criado e implantado na Prefeitura da Cidade do Salvador.

Depreende-se, por conseguinte, que esgotadas as atividades desse Plano de Trabalho na sua primeira fase, o qual espera-se cumprir num prazo de 225 dias, equivalendo portanto a 7 meses e meio, deverá ter lugar imediatamente a implantação do novo organismo, permitindo assim que seja redefinida a programação global da Prefeitura no setor.

O Plano de Trabalho estruturado em termos de tempo requerido por cada atividade, assim como pelo Plano na sua totalidade, se apresenta no QUADRO I que segue:

QUADRO I

CRONOGRAMA

TAREFAS	TEMPO (em dias)	15	30	45	60	75	90	105	120	135	150	165	180	195	210	225
FORMAÇÃO E INSTALAÇÃO DA EQUIPE																
SELEÇÃO BIBLIOGRÁFICA																
LEVANTAMENTO PRELIMINAR (DADOS SECUNDÁRIOS) SOBRE MERCADOS																
LEVANTAMENTO PRELIMINAR (DADOS SECUNDÁRIOS) SOBRE FEIRAS																
CONHECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS MUNICIPAIS EM ABASTECIMENTO ALIMENTAR																
PLANEJAMENTO DE PESQUISA SOBRE MERCADOS MUNICIPAIS																
PLANEJAMENTO DE LEVANTAMENTO SOBRE FEIRAS																
PLANEJAMENTO DO DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO DA PMS EM ABASTECIMENTO ALIMENTAR																
PESQUISA SOBRE MERCADOS MUNICIPAIS																
LEVANTAMENTO SOBRE FEIRAS																
DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO DA PMS EM ABASTECIMENTO ALIMENTAR																
ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MERCADO SEMI-ATAQUELISTA																
ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UM ENTREPÓSITO DE PESCADOS																
ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA SOBRE FEIRAS																
ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NO LEVANTAMENTO SOBRE MERCADOS																
ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS NO DIAGNÓSTICO DA PMS EM ABASTECIMENTO ALIMENTAR																
DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA GERAL DE INTERVENÇÃO DA PMS EM ABAST. ALIMENTAR																
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE MELHORIAÇÃO DE MERCADOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR																
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE MELHORIAÇÃO DE FEIRAS LIVRES DE SALVADOR																
ELABORAÇÃO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA PMS EM ABASTECIMENTO ALIMENTAR																

[] FASE PREPARATÓRIA

[] FASE DE EXECUÇÃO

ENVOLVÊNCIA

PRODESO

A dimensão e amplitude do Plano de Abastecimento Alimentar implica em que, a sua exequibilidade seja condicionada não só à própria eficiência do programa de per si mas também a sua capacidade de articulação com outros organismos e atividades tanto do âmbito da Prefeitura quanto externas.

Nesse sentido requer-se resposta operacional de outros órgãos que se envolvem com as questões do abastecimento alimentar. Evidencia-se com isso que a característica que se procura impor ao Plano, efetivamente, se traduz em um conjunto orgânico que deve ter uma forma de sistema na sua atuação.

O Plano deverá envolver-se com os seguintes organismos:

- Secretaria de Administração e Serviços Públicos (SASP)
Departamento de Administração
Departamento de Prestação de Serviços
Departamento de Limpeza Pública
- Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP)
Superintendência de Urbanização da Capital (SURCAP)
Departamento de Conservação e Obras Públicas (DCOP)
- Secretaria de Finanças
Departamento de Tributo Diversos
- Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Departamento de Proteção a Saúde
- Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN)
- Centrais de Abastecimento da Bahia S/A (CEASA)
- Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER
- Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)

- Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia

O raio de envolvimento do programa manifestado a partir desta listagem, por um lado indica a complexidade operacional que trama a problemática do abastecimento alimentar e por outro, as inúmeras variáveis, tanto econômicas quanto institucionais, que fazem da atividade que ora se programa iniciar na esfera Municipal uma das peças - de participação imprescindível para a eficiência - de todo o sistema.

O relacionamento técnico-institucional e de apoio que este Plano está a exigir, salienta que a sua abrangência no interior da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador é bem larga, sugerindo formas diversas de articulação com nada menos de 4 (quatro) Secretarias e um Órgão Central.

Neste sentido é importante observar o fato de que, na Secretaria Municipal de Administração e Serviços Públicos, estão situados - embora de maneira dispersa - as unidades que tradicionalmente gerem esse setor, da participação e apoio desta unidade dependerão os resultados do Plano. Cumpre notar ainda que também é nesta Secretaria que se encontra o maior número de Órgãos que podem servir de apoio ao desempenho do setor. Daí porque se entende que terá que se empreender uma plena integração e estreita articulação com esta Secretaria, traduzindo-os em colaboração e apoio ao Plano de Trabalho.

Deste elenco de instituições merecem, ainda, destaques particulares a Centrais de Abastecimento da Bahia S/A.-CEASA e a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - CONDER.

O encaminhamento das propostas do Plano deve estar plenamente consoante com a capacidade de suporte da CEASA, assim como, a programação deve ser definida de modo a distinguir entre a Prefeitura e a CEASA o caráter de complementaridade e cristalização de relações de interdependência entre os

mesmos.

O estágio de desenvolvimento em que se encontra a elaboração do projeto de Abastecimento para a RMS sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, faz com que desde já se assumam um posicionamento frente às proposições que já emergem daquele projeto.

Neste sentido, constitui propósito deste Plano apreciar todas as propostas de execução de empreendimentos para Salvador, desde que apresentadas por aquele Projeto, encaminhando este procedimento através de análises críticas em discussões coletivas. Esta parece ser a alternativa mais simples de assegurar a consideração às peculiaridades do município de Salvador no Projeto Metropolitano, "até que sejam definidas as proposições concretas para Salvador, oriundas da própria Prefeitura.

Na medida em que este Plano já disponha de alternativas de intervenção no sistema de abastecimento alimentar da Cidade, de logo tem-se como necessário que, reciprocamente, o Projeto de Abastecimento da RMS seja consultado quanto a um seu posicionamento, visando assim a garantia de uma programação integrada e coerente com a região onde se insere o Município.

ORGANIZAÇÃO

PRODES

O modelo de organização com o qual o Plano deve se estruturar tem duas faces: uma o dimensionamento interno, ou seja, os compartimentos em que estará subdividido o plano ; a forma aí adotada, deverá ser o reflexo administrativo, internamente, das tarefas propostas para o Plano. Noutra face, constitui-se como relevante a definição da situação orgânica-institucional do Plano na estrutura administrativa da Prefeitura como um todo. Com isto se pretende colocar precisamente o Plano na escala da hierarquia administrativa a partir de suas necessidades operacionais e de mobilidade, fatores esses essenciais na busca da efetivação dos propósitos das atividades encaminhadas pelo Plano.

Nestas definições é recomendável que as mesmas sejam tomadas sem se perder de vista uma perspectiva de longo prazo - a criação de um novo organismo para o setor pela Prefeitura - de modo que a implantação do mesmo não requeira solução de continuidade.

Essas premissas conduzem a se reclamar para o Plano, no âmbito geral da Prefeitura, a concessão de um grau significativo de flexibilidade administrativa, liberando-o implicitamente, de articular-se no mesmo nível com a estrutura formal prevalecente atualmente. Neste sentido, por força da necessidade de se contar, vez por outra, com a colaboração dos órgãos que tem atuado no setor até então, recomenda-se que sejam estabelecidas, por meio de portaria ou outro mecanismo que possa implantar nova rotina de serviço, as formas de relacionamento que devem prevalecer entre esses órgãos e o Plano. A medida proporcionará a atuação articulada dos órgãos municipais que interferem no abastecimento alimentar da Cidade assim como daria lugar a iniciar-se a consolidação dos órgãos até então dispersos a fim de evoluir-se para uma estrutura integrada de administração do abastecimento alimentar por meio de um único organismo.

Segundo a perspectiva que aqui se esboça, é marcante a

a necessidade de que o Plano seja conduzido por um organismo que venha ser criado e que resuma características de transitoriedade. Com base nisso, tem-se como opção recomendável a criação por meio de Decreto do Poder Executivo da Coordenação Municipal de Abastecimento, com capacidade de mobilidade, que se situe na escala formal da estrutura administrativa municipal num ponto correspondente com a dimensão que o setor de abastecimento alimentar encerra e com características próprias do serviço público que deve prestar.

No âmbito interno, a julgar pela pré-definição do elenco de trabalhos que se propõe empreender, torna-se clara a conformação de uma estrutura orgânica para o Plano.

Está programada a condução de cinco atividades simultaneamente. Para tanto dever-se-á contar com suporte administrativo e também com o apoio dos atuais órgãos de abastecimento alimentar da Prefeitura Municipal do Salvador, o qual deve ser buscado através de uma atuação do Plano de Trabalho de forma centralizada, coordenada e articulada com esses órgãos.

Desse modo a estrutura organizacional que deve ser implantada é a que se conforma no organograma.

Contempla-se nesta forma de organização o caráter de transitoriedade que terá a Coordenação Municipal de Abastecimento Alimentar - na medida em que a mesma proporá no curto prazo a implantação de um novo organismo - propiciando contudo a alternativa de se contar com uma estrutura organizacional e uma equipe técnica capaz de dar continuidade à função num novo organismo porém com novas atividades.

Da estruturação geral e competências:

- 1 - Estrutura Geral
 - a) Coordenadoria

- b) Consultoria
- c) Comissão de Representação Executiva
- d) Gerência de Projetos
- e) Setor de Apoio Administrativo

2 - Competências

a) Da Coordenadoria

A supervisão geral de todas as atividades pertinentes ao Plano de Trabalho, a administração central e a representação da Coordenação Municipal de Abastecimento.

b) Da Consultoria

Apoio técnico especializado, indicações técnicas, acompanhamento e compatibilização dos trabalhos técnicos contando para tanto com a seguinte composição:

- .Consultoria em Economia
- .Consultoria em Administração
- .Consultoria em Engenharia
- .Consultoria em Arquitetura
- c) Da Comissão de Representação Executiva

Compatibilização e acompanhamento das atividades de cada atual organismo de administração do abastecimento ali mentar na Prefeitura da Cidade do Salvador, através de reuniões e encontros periódicos, com a seguinte composição:

- .Divisão de Polícia Administrativa (D.A./SASP)
- .Divisão de Concessões e Permissões (D.P.S./SASP)
- .Divisão de Serviços (D.P.S./SASP)
- .Divisão de Asseio (D.L.P./SASP)

d) Da Gerencia de Projetos

Imprimir o necessário desenvolvimento aos projetos em andamento, mantendo a unidade entre os mesmos, a articulação com a Coordenadoria, a coerência com os objetivos pré-definidos e substituir sempre que necessário a Coordenadoria nas suas ausências ou impedimentos. Sua composição é a seguinte:

- .Equipe do Projeto de Mercados
- .Equipe do Projeto de Feiras
- .Equipe do estudo de viabilidade do mercado semi-atacadista
- .Equipe do Projeto do Modelo Organizacional da PMS em Abastecimento Alimentar
- .Equipe do Estudo de Viabilidade de Entrepósito de Pescado

A estas equipes cabe a execução propriamente dita dos projetos em andamento. Cada projeto terá um responsável e internamente as equipes obedecerão as especificações de cada caso.

e) Do Setor de Apoio Administrativo

A execução dos serviços de limpeza, fornecimento de material, organização do serviço de copa, condução do veículo, manutenção e execução dos serviços de desenho e todos os demais serviços que lhe são comuns, tendo a seguinte composição:

- .Serviços Gerais
- .Secretaria

.DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1.0 - COORDENADORIA:

- Coordenador - Hum (01)

2.0 - CONSULTORIA:

- Em Economia - Hum (01)
- Em Administração - Hum (01)
- Em Engenharia - Hum (01)
- Em Arquitetura - Hum (01)

3.0 - COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO EXECUTIVA:

- Chefe da Divisão de Polícia Administrativa (D.A. SASP)
- Chefe da Divisão de Concessões e Permissões (D.P.S. SASP)
- Chefe da Divisão de Serviços (D.P.S. SASP)
- Chefe da Divisão de Asseio (D.L.P. - SASP)

4.0 - GERÊNCIA DE PROJETOS:

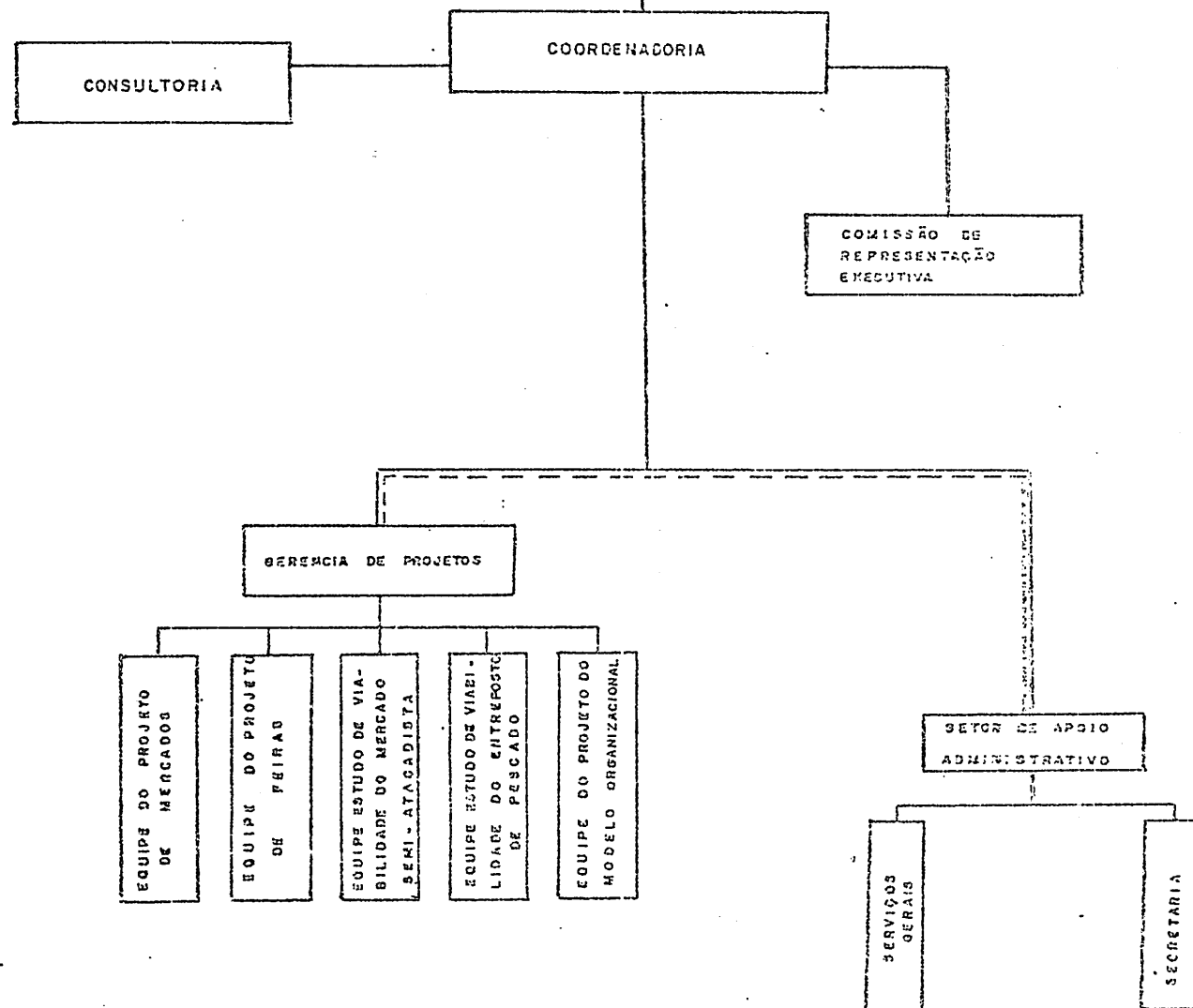
- Gerente - Hum (01)*
- Técnicos:-
 - Economista - Oito (08)
 - Administrador - Dois (02)
 - Arquiteto - Hum (01)
 - Engenheiro - Hum (01)
 - Estatístico - Hum (01)
 - Sociólogo - Hum (01)
- Aux. Técnicos:
 - Administração - Hum (01)
 - Economia - Três (03)
- Estagiários:
 - Economia - Dois (02)

5.0 - SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO:

- Aux. Administrativo - Hum (01)
- Desenhista - Hum (01)
- Datilógrafo - Hum (01)
- Motorista - Hum (01)
- Servente - Hum (01)

*Escolhido dentre os técnicos da Equipe.

COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO



— SUBORD. HIERARQUICA
- - - - - VINCULAÇÃO FUNCIONAL

REQUISITOS

PRODESO

A implantação e desenvolvimento de atividade técnica voltada para o abastecimento alimentar da Cidade do Salvador na Prefeitura, por certo, já na fase inicial de formação, de mandará um elenco variado de suporte.

Estes se constituirão das mais diversas características, qual sejam: requisitos físicos, materiais, humanos, administrativos e financeiros. São alinhados a seguir, segundo cada ítem específico os requisitos que o projeto apresenta para a sua execução:

Recursos humanos (vide quadro II)

Coordenadoria : 1 técnico de nível Universitário

Consultoria : Economista (250 horas)
Arquiteto (125 horas)
Engenheiro (125 horas)
Administrador(100 horas).

Equipe técnica: 1 Arquiteto
8 Economistas
2 Técnicos em Administração
1 Sociólogo
1 Engenheiro
1 Estatístico.

Apoio técnico : 1 Aux. Técnico de Administração
3 Auxiliares técnicos de Economia
2 Estagiários de Economia

Apoio Administrativo: 1 Auxiliar Administrativo
1 Motorista
1 Datilógrafo
1 Desenhista
2 Serventes

A constituição de uma equipe do porte da que ora se propõe, totalizando 15 técnicos, 4 auxiliares técnicos, 2 estagiários e 6 funcionários de apoio para esta etapa se deve,

principalmente, ao fato de se contemplar a demarcação de vários trabalhos simultaneamente, na medida em que os mesmos constituem-se imprescindíveis e prioritários para a Prefeitura no momento atual, tornando-se, por conseguinte, os primeiros de uma série que deverá ser empreendida a médio prazo.

A formação e consolidação desta equipe proporcionará à Prefeitura a possibilidade de contar com recursos humanos, já integrantes do seu quadro, para implantar o organismo que venha ser projetado para administração do setor do abastecimento alimentar do Município.

Daí é que, quando se considera que o mercado de trabalho na procura por profissionais com experiência no setor, se revela bastante limitado e, ademais, que um Plano dessa natureza implica na participação de técnicos com larga atuação nessas questões, conclui-se que é imprescindível a contratação de Consultoria Técnica especializada.

QUADRO II **ESTIMATIVA DE RECURSOS HUMANOS**

TRABALHOS	ATIVIDADES PROGRAMADAS	CONTEÚDO DAS ATIVIDADES	PROFISSIONAIS REQUERIDOS (x)		APOIO TÉCNICO NECESSÁRIO (QUANTIDADE E FORMAÇÃO)	APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO (POR SERVIÇO)
			FORMAÇÃO	QUANTIDADE		
COORDENADORIA	Coordenação, Supervisão e Representação	Executivos e Técnicos	Universitários	1		
CONSULTORIA	Assistência e coordenação, orientação técnica e acompanhamento	Planejamento Programação Projetos	Economista Arquiteto Engenheiro Administrador	600 horas		
MERCADOS	Seleção, Coleta e Análise de dados	Econômica Social Engenharia - Arquitetura Especial Urbana Institucional	Economista Sociólogo Arquiteto	2 1 1	1 Aux. Técnico de Administração 3 Auxiliares Técnicos de Economia	Desenho Dactilografia Administração Geral Limpeza e pequenos serviços Condução de veículo
	Projeto de Modernização					
FEIRAS	Seleção, Coleta e Análise de dados	Econômica Engenharia - Arquitetura Especial Urbana Institucional				
	Projetos de melhorias					
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	Seleção, Coleta e Análise de dados	Administrativa	Administrador	1	2 Estagiários de Economia	
	Projeto de modelo organizacional	Econômica	Economista	1		
ESTUDOS DE VIABILIDADE	Seleção, Coleta e Análise de dados	Engenharia Econômica Financeira Estatística Administrativa Institucional	Economista Estatístico Administrador Engenheiro	5 1 1 1		
	Conclusão					

1. O pessoal técnico aqui previsto se constitui na equipe técnica permanente. Prevê-se ainda que para fazer frente às atividades de conteúdo institucional e de engenharia — que vão requerer participações eventuais — se conte com a colaboração técnica de outras órgãos do PMS que disponham desses profissionais (p. ex. Gabinete, OCEPLAN, SURCAP).

Recursos Administrativos

No âmbito administrativo além de se necessitar da cooperação e apoio por parte dos organismos da Prefeitura que tem envolvimento com o abastecimento alimentar da Cidade do Salvador, reveste-se de mais alta relevância que, todas as questões ligadas ao abastecimento alimentar de Salvador, que não aquelas da rotina dos órgãos que tradicionalmente operam no setor, que venham a surgir frente à Prefeitura, contem com a atenção e participação do Plano no seu processo de encaminhamento e de decisão, de modo a se promover desde já as primeiras medidas de coordenação administrativa e técnica do abastecimento alimentar, assim como impedir qualquer margem de incoerência ou incompatibilidade dentre as decisões no setor.

Também com este propósito, deverá constituir objeto de trabalho no desenrolar do Plano o acompanhamento das atividades de todos os órgãos da Prefeitura que tem envolvimento com o abastecimento alimentar da Cidade.

Neste sentido no funcionamento do Plano serão contempladas atividades periódicas, tipo reuniões coletivas para informes, coordenação, compatibilização, etc. que devem ser desenvolvidas contando com as participações dos responsáveis desses diversos setores, de modo a assegurar uma certa coerência nas medidas a serem adotadas.

Assim, será requerida a participação periódica de pessoal já integrante da Prefeitura.

Ainda como requerimento de caráter administrativo deverá-se contar com o apoio de outras Prefeituras que, por terem demonstrado empreender trabalhos e intervenções relevantes no setor, tornam-se recomendáveis visitas a essas localidades no sentido de se conhecer as suas experiências.

- Instalações:

Reunindo os trabalhos do pessoal técnico, consultoria, auxiliares e administração é requerida uma área total de aproximadamente 90 metros quadrados.

- Material de consumo:

Requer-se o fornecimento dos itens abaixo, quais sejam, aqueles que rotineiramente são utilizados neste tipo de atividade:

Pastas

Canetas esferográficas

Grampos

Lápis

Clips

Borrachas

Réguas

Papel

Cola

etc.

- Material permanente:

para serem utilizados pelos técnicos, consultores, auxiliares e pela administração necessita-se:

16 bureaux (tamanho normal)

6 bureaux (tamanho pequeno)

27 cadeiras

1 mesa de reunião

1 prancheta

1 banqueta p/ prancheta

1 mesa para datilografia

1 máquina datilográfica elétrica

1 máquina calculadora

1 arquivo suspenso p/ guarda de material e impressos

3 furadores

3 grampeadores

- Equipamento:

1 veículo (tipo utilitário) para emprego no deslocamen

de auxiliares técnicos, estagiários nas pesquisas de campo (nas feiras e nos mercados), transportes dos técnicos aos equipamentos e locais distintos de interesse do Plano, assim como nos contatos institucionais.

1 terminal telefônico.

Necessitar-se-á, ainda, contar com um serviço de reprodução de documentos, o qual pode ser utilizado em um organismo já existente na própria Prefeitura.

ANEXOS

PRODES O

INDICAÇÕES GERAIS PARA O ESTUDO DE VIABILIDADE
DE IMPLANTAÇÃO DE UM MERCADO SEMI-ATACADISTA
POLIVALENTE EM SALVADOR:

De início cabe definir as linhas básicas do trabalho, para a partir dessa caracterização, identificar-se os questi
onários que conduziram a essas indicações.

Tem-se que o mercado semi-atacadista polivalente abrangeria as seguintes atividades:

1. Comercialização a nível de semi-atacado de produtos hortigranjeiros;
2. Pequeno e médio comércio atacadista de cereais, lati
cínios e estivas em geral;
3. Escritório de representação comercial.

A primeira das colocações representa o reconhecimento de dois fatos: um relacionado diretamente com o desempenho comercial da feira de S. Joaquim, a qual mesmo após 2 anos de funcionamento da CEASA, mantém sua posição de forte entreposto de distribuição de gêneros a população, mantendo os me
nores preços em relação às demais feiras e mercados de Salva
dor. Devemos considerar, portanto, que qualquer solução futura para a referida feira, necessariamente deverá contemplar definições em torno da função atacado ali existente.

O segundo fato reside em certas tendências da operação do mercado atacadista (CEASA/BA). Os dados disponíveis indicam uma boa adequação desse equipamento com a parte mais moderna do setor de distribuição, bem como uma forte tendência de aumento do grau de concentração no comércio atacadista de hortigranjeiros, pela diminuição do número de vendedores em relação a oferta total.

"A situação básica se configura pela defasagem entre o volume de produtos transitados e o volume correspondente às efetivas transações a nível de atacado realizadas na CEASA/BA, estando o segundo num nível substancial e significativamente abaixo do primeiro, estimando-se portanto a existência de um expressivo mercado atacadista paralelo nas feiras tradicionais da cidade, na medida em que estes produtos apenas são registrados, obtendo as guias correspondentes da CEASA/BA, sem contudo se constituírem, no entreposto, em objeto de qualquer transação.

Esses fatores parecem refletir a interação de características estruturais dos mercados varejistas e atacadistas. Do lado da rede varejista, sua configuração atomística conduz os vendedores a possuírem uma escala de operações abaixo do volume de equilíbrio ou seja, um volume que compense os custos adicionais advindos do ato de comprar na CEASA. Podemos inferir portanto que o custo de abastecimento na CEASA/BA (preços dos produtos mais custo de transporte mais tempo gasto mais esforço físico) não são cobertos pela atividade de venda do varejista" (1)

Quanto a segunda atividade que comporia o mercado polivalente - pequeno e médio comércio atacadista de cereais, laticínios e estiva em geral - não é recomendável a transferência desse comércio para as instalações de CEASA, como resultado de esmagamento de grande número de comerciantes, em função da elevação dos custos operacionais e diminuição do poder de competição junto as grandes empresas, caso essa transferência fosse efetivada.

O nível de conhecimento existente sobre o assunto permite pré-definição, com margens de erro diminutas:

- 1 - Esse comércio localiza-se atualmente em áreas de alta valorização na cidade: Pilar, Calçada, S. Joaquim, etc. tornando altamente dispendioso ampliações em função do custo do área;

- 2 - A própria descentralização desse comércio tende a criar imperfeições na competição de mercado, bem como total descontrolo sobre atividades de estocagem e vendas.

A terceira e quarta funções de um mercado polivalente a brigam áreas para escritórios de representação comercial. Visa-se com isso elevar consideravelmente a oferta de serviços complementares a atividade comercial, ao mesmo tempo em que se eleva a rentabilidade do mercado. São pois, variáveis que deverão merecer a devida atenção quando da realização do estudo de viabilidade.

Como vimos os indicadores apresentados, apesar de desprovidos de qualquer roupagens quantitativas mais sólidas, deixam um quadro plenamente favorável a realização de um estudo de viabilidade, ao qual caberia efetivamente o fornecimento de subsídios factíveis para a tomada de decisão na área governamental.

Em princípio, entretanto, poderíamos listar algumas áreas que deverão ser contempladas pelo estudo de viabilidade:

A - PRODUTOS HORTIGRANJEIROS:

1 - Níveis de Integração existente entre os mercados varejista e atacadista:

1.1 - Estudos de comportamento dos níveis de preços em relação aos níveis de integração dos mercados varejista e atacadista;

1.2 - Estudo de custo e benefícios, após a implantação do centro semi-atacadista. Os custos de distribuição;

- 1.3 - O comportamento das forças de mercado. A função estocagem;
- 1.4 - A marginalização dos pequenos e médios produtores;
- 1.5 - O mercado atacadista de hortaliças de folha;
- 1.6 - A Oligopolização do mercado atacadista. Causas e consequências;
- 1.7 - O estrangulamento da expansão do comércio atacadista pela ausência de uma oferta elástica de área e localização do mercado disponível;
- 1.8 - Fontes supridoras do mercado atacadista.

B - CEREAIS, LATICÍNIOS E ESTIVAS:

- 1.0 - Localização dos pontos de comércio;
- 1.1 - Níveis de competição;
- 1.2 - Disponibilidade de área para estocagem e expansão do comércio;
- 1.3 - Custos operacionais no comércio atacadista;
- 1.4 - Mercado atendido pelos pequenos e médios atacadistas;
- 1.5 - Exame de formas de associação entre os pequenos e médios atacadistas, de forma a fortalecê-los comercialmente;
- 1.6 - Fontes supridoras do mercado atacadista.

C - PROPOSIÇÕES EXECUTIVAS

- 1.0 - A operacionalização com o centro atacadista (CEASA/BA);
- 1.2 - A operacionalização com os verejistas;
- 1.3 - Listagem e estudo dos produtos a serem comercializados;
- 1.4 - Alternativas locacionais;
- 1.5 - Análise econômico-financeira do empreendimento;
- 1.6 - Análise institucional;
- 1.7 - Engenharia do projeto;
- 1.8 - Custos;
- 1.9 - Fontes e Usos de Recursos.

INDICAÇÕES GERAIS PARA O DIAGNÓSTICO DA
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PMS QUAN-
TO AO ABASTECIMENTO ALIMENTAR.

O conhecimento dos diversos compartimentos que compõem a estrutura administrativa municipal envolvida na operação da atual rede de mercados e feiras, em seus múltiplos aspectos, resulta necessário para as decisões na área, notadamente para identificação das fatias dessa estrutura que poderão ser objetos de acoplagem ou aproveitamento a quaisquer novas formas de ação administrativa.

Nesse sentido devem ser centrados os esforços, através um tratamento o mais detalhado possível, nos itens de pessoal, receitas, localização de funções administrativas de abastecimento ou operação da rede, exercidas pelas diversas unidades administrativas e se encaminhar para alcançar o quadro quantitativo do patrimônio municipal envolvido na área em questão.

Na área de pessoal, buscar-se-á através de uma ficha coletar dados que possibilitem visualizar a ação dos recursos humanos. Suas disponibilidades, limitações e potencialidades, ao mesmo tempo em que deve ser montado um cadastro de pessoal visando instruir e instrumentalizar decisões futuras.

Para diagnosticar as receitas originadas em atividade de abastecimento alimentar, foi concebido um tratamento que a partir do levantamento dos diferentes tipos de receita (licença de localização e funcionamento, uso da via-pública, aluguel mensal, etc), por mercados e feiras, forneça dados globais de remuneração dos serviços públicos municipais oferecidos aos diversos tipos de usuários, o que irá respaldar uma programação futura na área, bem como poderá ser tomado como um indicador operacional dos mais úteis para análise da situação atual dos mercados e feiras. Deve-se pois, caminhar no sentido de obter a:

- 1 - Identificação dos tipos de receitas.
- 2 - Quantificação das receitas.
- 3 - Localização das fontes (mercados e feiras individualmente).
- 4 - Processo Administrativo de Cobrança, Arrecadação e Fiscalização.

Um outro item refere-se ao processo existente de organização administrativa, quanto as unidades de decisão e coordenação. Resumidamente pode-se afirmar que se trata de identificar e montar o organograma informal existente acerca da distribuição das funções administrativas, segundo os compartimentos atuantes diretamente ou com ramificações na operação da rede de mercados e feiras municipais. Como ponto de partida para uma abordagem do processo administrativo, se partirá de uma pré-definição das funções administrativas básicas, que num ângulo de otimização administrativa constituiriam os principais serviços a serem desenvolvidos para operação de uma rede de mercados e feiras, abrangendo aqui desde legislação sanitária até questões relacionadas com ocupação espacial urbana. A partir daí, se dará um tratamento comparativo com as funções efetivamente desempenhadas em que nível e por qual unidade administrativa.

Por último quanto a formação do perfil de patrimônio municipal, trata-se basicamente, de um processo de identificação e valorização dos equipamentos e instalações de propriedade da PMS e envolvidos no item abastecimento, uma vez que qualquer solução futura que expresse mudança no atual ordenamento administrativo-jurídico necessitará dessa variável.

ROTEIRO BÁSICO

1.0. - IDENTIFICAÇÃO DOS MERCADOS E FEIRAS MUNICIPAIS.

1.1 - Localização Urbana;

1.1.2 - Mercados (administração direta e indireta);

1.1.3 - Feiras livres autorizadas;

1.1.4 - Feiras livres não autorizadas.

2.0. - MÃO-DE-OBRA

2.1 - Dados de identificação;

2.2 - Qualificação Profissional;

2.3 - Tipos de envolvimento na operação da rede de abastecimento;

2.4 - Outros dados.

3.0. - RECEITAS

3.1 - Valores Setoriais

3.1.1 - Por mercado

3.1.2 - Por feira

3.1.3 - Pela atividade abastecimento não agrupada

3.1.4 - Outras

3.2 - Valores por tipo de receita

3.2.1 - T.L.L.F.

3.2.2 - Uso da via pública

3.2.2 - Sobre veículos de carga

3.2.4 - Aluguel mensal

3.2.5 - Outros

3.3 - Valores globais

3.4 - Procedimentos e métodos administrativos de arrecadação

3.4.1 - Unidades administrativas envolvidas

3.4.2 - Processos de arrecadação e recolhimento

4.0. - DESPESAS

4.1 - Pessoal

4.2 - Depreciação

4.3 - Água

4.4 - Luz

4.5 - Outras

5.0. - RECURSOS PATRIMONIAIS

5.1 - Qualificação

5.1.1 - Equipamentos

5.1.2 - Instalações

5.2 - Valoração

6.0. - ELABORAÇÃO DO ORGANOGrama INFORMAL

7.0. - LEVANTAMENTO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1976

8.0. - DIAGNÓSTICO GLOBAL

9.0. - MODELO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR - PROPOSIÇÃO.

DIAGNOSTICO DA ORGANIZAÇÃO DA PMS
QUANTO AO ABASTECIMENTO ALIMENTAR
1º MÃO DE OBRA

UNIDADE ADMINISTRATIVA

[illegible]

1.0 - MÃO - DE-OBRA

1.1 - Atividades Desenvolvidas

1.1.1 - Anteriores

1.1.2 - Atuais

Nº DE ORDEM	FUNÇÕES ANTERIORES			ATIVIDADES ATUAIS
	DESCRIÇÃO		PERÍODO	
	antepenúltimo			
	penúltimo			
	último			
	antepenúltimo			
	penúltimo			
	último			
	antepenúltimo			
	penúltimo			
	último			
	antepenúltimo			
	penúltimo			
	último			
	antepenúltimo			
	penúltimo			
	último			
	antepenúltimo			
	penúltimo			
	último			
	antepenúltimo			
	penúltimo			
	último			

DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

QUANTO AO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

UNIDADE ADMINISTRATIVA

2.0 - Recursos Materiais

I T E M S	QUANTIDADE	S I T U A Ç Ã O				V A L O R	O S S E R V A Ç Õ E S
		N O V A	R E G U L A R	R E C U P E R Á V E L	V E L H A		
C A R T E I R A							
C A D E I R A							
A R Q U I V O							
A R M Á R I O							
M Á Q U I N A D A T I L O G R A F I A							
M Á Q U I N A C A L C U L A D O R A							
A P A R E L H O D E A R C O N D I C I O N A D O							
S O F A							
T E L E F O N E							
G E L A D E I R A							
C O P I A D O R A							
V E I C U L O							
V E N T I L A D O R							

O COMÉRCIO DE PESCADO E O MERCADO POPULAR

1.0 - OCUPAÇÃO ESPACIAL E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os boxes estão ocupados, principalmente, por pequenos vendedores de refeições e bebidas, voltados para uma clientela que cria uma ambientação social extremamente precária. Entretanto, apesar da maior ocupação do espaço ser feita com esta atividade, o maior dinamismo comercial reside na comercialização do peixe fresco.

Quanto ao espaço disponível para essa atividade, existe um profundo congestionamento nas operações normais dos comerciantes por força da falta de uma melhor distribuição e definição de utilização da área, como também, ausência de serviços de apoio indispensáveis a tal atividade.

É recomendável como princípio que deva nortear qualquer solução para o referido equipamento, uma ampla redução no número de barracas de refeições e bebidas, o que significa abandonar-se qualquer esboço teórico sobre sua importância, em relação aos fins econômicos-sociais que poderiam ser alcançados por uma revitalização operacional do Mercado Popular, pois trata-se de uma atividade irrelevante que floresceu em função da decadência comercial do referido mercado.

Fica pois comprometido, inicialmente, que buscar-se-á a partir de um maior detalhamento sobre o comércio de peixe exercido no local, possíveis alternativas para a questão.

2.0 - NATUREZA DO COMÉRCIO

Atuando num espaço extremamente limitado, encon -

tra-se o comércio atacadista e varejista de peixe fresco.

3.0 - SERVIÇOS DE APOIO

Os serviços existentes representam iniciativa própria dos agentes privado uma vez que o mercado apenas oferece suas precárias instalações físicas (boxes).

Cabe aos próprios atacadistas instalarem pequenas câmaras para conservação de peixes.

4.0 - DESCRIÇÃO DO MERCADO ATACADISTA

Operam no mercado popular 9 (nove) comerciantes' atacadistas, os quais mantêm um relativo equilíbrio entre si, quanto as quantidades ofertadas. Os levantamentos efetuados, através entrevistas qualificadas com os diversos atacadistas, indicaram um volume médio semanal transacionado de 40 toneladas de peixe resfriado, correspondente a um movimento monetário por volta de Cr\$600.000 (seiscentos mil cruzeiros) semanais, como resultado das operações a nível de atacado.

O mercado atende aos retalhistas localizados na Barra, Rio Vermelho, Itapoã, feiras, Ribeira, vendedores ambulantes e aos municípios de Itaparica (verão) e Camaçari.

Segundo informações fornecidas pelos atacadistas, o mercado atende nos dias de maior movimento (5ª e 6ª feira) uma média de 1.000 varejistas por dia.

Como fontes de suprimento aos atacadistas temos a própria frota pesqueira local, que atua na captura nas costas de Ilheus e Porto Seguro, chegando até a Vitória do Espírito Santo. Um número significativamente representativo dos atacadistas está diretamente vinculado a atividades de captura, possuindo embarcações de

médio porte (2 a 4 toneladas). Esse volume em geral é complementado por fornecimento do Espírito Santo e Aracajú. Vale ressaltar que apenas um dos entrevistados opera exclusivamente com filhas do Espírito Santo.

Os dados levantados quanto a relação disponibilidade de espaço X volume do produto transacionado, demonstram inequivocamente um estrangulamento na capacidade de expansão do comércio ali instalado e fortes pressões na área dos custos operacionais como resultado das deficiências existentes. A estocagem é feita em pequenas câmaras revestidas internamente de isopor e externamente de azulejos com capacidade variável por atacadista (1 a 4 toneladas). O resfriamento e/ou congelamento do pescado (conservação necessária para fazer frente aos desequilíbrios de curto prazo entre oferta e demanda) é feito nessas câmaras com o uso de barras de gelo, sendo por isso mesmo um processo excessivamente lento e limitado comercialmente, uma vez que a inelasticidade das áreas para estocagem reduz consideravelmente o volume de operações, provocando muitas vezes perda do produto. A questão da armazenagem e conservação a frio pode ser assim resumida em seus principais aspectos:

- 1 - Demanda por armazenagem maior que a oferta. Isto ocasiona em épocas de safra perda de grandes quantidades do produto.
- 2 - Pêssimas condições de armazenagem existentes no Mercado Popular.
A conservação de pescado através barras de gelo, quando muito é aceita para o mercado varejista; na Bahia ainda é usada para captura (resultado do dimensionamento das embarcações) e estocagem a nível de atacado, como no Mercado Popular.

Esse fato reflete a impossibilidade da iniciativa privada arcar com a construção de unidades de armazenagem a frio (frigorífico) em função do alto nível de investimento fixo.

3 - Dificuldade de acesso dos atacadistas aos frigoríficos existentes.

Isto se dá tanto pela ausência de área disponível como pelo controle dos mesmos pelas grandes empresas comerciais (as quais não são necessariamente empresas de pescado). Uma consequência típica desse fato é a estocagem ser realizada nos próprios caminhões frigoríficos, quando o produto é importado, pagando-se diária de Cr\$300,00 (trezentos cruzeiros) durante até 8 dias.

4 - Oscilações de preços.

Preliminarmente pode-se afirmar que a ausência de uma infraestrutura de frigorificação que permita absorver os excedentes de produção (a atividade pesqueira é extremamente oscilante quanto aos volumes de captura) provoca constantes variações nos níveis de preços, bem como perdas consideráveis para atacadistas e produtores que em época de safra de determinadas variedades de peixe (dourado, olho de boi, etc) recebem preços aviltantes.

5 - Carência de gelo.

Apesar do aumento ocorrido na oferta de gelo em pedra após a inauguração da fábrica de gelo da CEASA, o aumento da demanda para o produto superou consideravelmente essa oferta. Esse fato tem se refletido de modo estancador para expansão da pesca na Bahia num plano mais amplo e prejudicado sensivelmente o comércio do pescado na Capital.

Durante toda a época de verão é fato comum frotas pesqueiras ficarem de 8 a 15 dias paralizadas por falta de produto, bem como perdas do produto nos canais de comercialização devido a rápida deterioração. Durante esse período o preço da barra de gelo chega a aumentar até 300%.

6 - Descentralização do comércio atacadista.

De um modo geral as operações a nível de atacado de comércio de peixe fresco e/ou resfriados estão concentradas no Mercado Popular, ainda que em condições infraestruturais inteiramente acéfalas. Caberia inferir aqui, que as novas empresas do setor estão procurando instalar-se em outras áreas da cidade como consequência da ausência de um mercado atacadista em boas condições operacionais. A opção existente, CEASA/BA, não tem conseguido amadurecer como um mercado para o pescado, prova disso são as constantes transferências de escritório de empresas que após localizarem-se lá, procuram áreas dentro de Salvador para se instalar. Constata-se pois, que essas novas empresas estão recebendo uma carga muito grande na área dos investimentos fixos para instalações, o que compromete em boa parte seus ritmos de expansão, bem como dificulta a entrada de novas empresas no ramo pela elevação do nível das inversões totais.

MERCADO VAREJISTA

Vendedores: Existe uma especialização bem nítida quanto a caracterização da atividade comercial.

De um lado os comerciantes atacadistas, de outro os retalhistas. Em média 70 varejistas operam no Mercado Popular.

INSTALAÇÕES

Em precárias condições os vendedores e compradores são obrigados a coexistir num estreito corredor, que acompanha um balcão contínuo. Não existe nenhuma separação espacial entre a área reservada para movimentação dos consumidores e a área para movimentação dos vendedores. Fica aos consumidores a obrigatoriedade de caminhar sobre um chão sempre alagado, entre detritos e restos de peixe, contribuindo para a fixação de uma imagem negativa sobre o produto e afastar grandes fatias de consumidores.

Portanto, tem-se que a precariedade das instalações para varejo resulta de:

- 1 - Escassez de área atualmente ofertada para tal atividade.
- 2 - Distribuição espacial de vendedores e compradores.
- 3 - Necessidade de definir as áreas de atuação para cada vendedor individualmente.
- 4 - Existência de uma área morta, que foi destinada originariamente para vendedores de marisco (lambreta, carangueijo, etc). Sua não utilização pode vincular-se a total desarticulação com a área para pescado.

ATIVIDADES COMERCIAIS DE APOIO

Uma boa reivindicação apresentada pelos retalhistas - autorização para venda de frutas, verduras, hortaliças de folha, além dos produtos tradicionalmente acoplados ao varejo de peixe (Camarão seco, azeite de dendê, castanha etc), apresenta-se como uma ação altamente positiva como forma de atrair novos consumidores e pelo aumento da pauta de produtos oferecidos ao mesmo tempo em que eleva o nível de atendimento do mercado.

ESTACIONAMENTO

A ausência de área específica para tal fim provoca transtornos, tanto do lado de consumidores como para o comércio, nas operações de carga e déscarga.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1 - Alternativas para o Mercado Popular:

- A - Entrepasto atacadista de peixe fresco, com atividade varejista.
- B - Mercado varejista Polivalente, com ênfase no pescado.
- C - Melhorias gerais no atual funcionamento, aumentando a área para varejo de pescado e alguns serviços básicos de infraestrutura (telhado, sanitários, estacionamen - to).
- D - Não intervenção a curto e médio prazo.

Discussões das alternativas:

ALTERNATIVA A:

Entrepasto atacadista de peixe fresco, com atividade varejista.

Essa alternativa parte da consideração das funções co merciais atualmente existentes no interior do Mercado, quanto ao produto peixe. Os levantamentos efetuados, permitem a configuração de um quadro altamente favorável à expansão das atividades de venda a nível de atacado e varejo no referido mercado, as quais encontram-se fortemen - te contidas pela total deficiência dos serviços ofereci - dos pelo mercado, que vão como vimos anteriormente, desde a má distribuição do espaço, até a ausência de um equipa - mento do porte de um frigorífico (com fábrica de gelo).

Esse quadro ainda é favorecido por uma esperada mudan - ça das demais firmas que operam com o peixe a nível de

atacado, que necessariamente preferiram atuar num mercado onde tivessem uma oferta concentrada de serviços compatíveis com suas atividades a custos operacionais mais baixos.

Entretanto, um investimento de tal porte (profundas modificações no aspecto construtivo, montagem de frigorífico com fábrica de gelo acoplada, construção de lojas para escritório, área para exposição, manuseio e vendas em grosso etc) exige um detalhamento mais exaustivo quanto a real situação da comercialização do pescado em Salvador, para que a partir desse conhecimento (volume de transações, demanda por estocagem, demanda por gelo, nº de firmas, etc) se possa partir para uma definição em bases sólidas acerca dos níveis de inversões, rentabilidade, dimensionamento do mercado, etc.

Outro fato que reforça tal posicionamento resulta da possibilidade de se examinar a construção do entreposto atacadista, sob o prisma do produto propriamente dito, quando então a variável localização seria objeto de um exame mais objetivo.

ALTERNATIVA B:

Essa opção resulta de 4 aspectos: o primeiro reflete a manutenção do próprio fim comercial para que foi criado o mercado originariamente: vendas a varejo. O segundo reside na existência atual de um comércio varejista relativamente significativo (ao lado do comércio atacadista) com amplas possibilidades de expansão na área do pescado, ficando o aspecto polivalente do mercado como forma de reforçar e complementar o atendimento ao consumidor.

A terceira variável, seria muito mais o resultante da alternativa "A" anteriormente detalhada e situa-se na área dos custos que os investimentos fixos necessários para a instalação de um entreposto atacadista acarretaria para o orçamento municipal.

Resultaria pois da incapacidade da Prefeitura de carrear o nível de recursos necessários para um investimento dessa ordem. Cabe ressaltar entretanto, que as fontes externas de financiamento, (Recursos de Terceiros) elimina tal argumento.

A última vincula-se a situação comercial em que se insere o produto (peixe). Ao discutir-se a alternativa "A", foi referida a questão opcional entre o terminal de pesca do e o Entrepasto Atacadista.

Existe uma margem de possibilidade ainda não quantificada de que ao analisar-se a melhor alternativa para o produto, quanto ao aspecto localização de Entrepasto ou Terminal, o Mercado Popular venha a ser considerado num segundo plano, a partir de uma definição de viabilidade para um Terminal Pesqueiro que, além de englobar as características de Entrepasto Atacadista, possuiria outras vantagens como situar-se num cais de atracação dos barcos pesqueiros, facilitando as operações de carga e descarga, abastecimento, e reduzindo o manuseio do produto além de diminuir despesas operacionais na área de transporte. Entretanto tais observações são de caráter meramente especulativo, pois só a partir da realização de um estudo de viabilidade poder-se-á concluir com exatidão.

ALTERNATIVA C:

Melhorias superficiais no atual funcionamento, aumentando a área para varejo de pescado e alguns serviços de infraestrutura básica (estacionamento, telhado, e infraestrutura).

A adoção dessas medidas significariam ações de curto prazo destinadas a atender solicitações dos usuários do mercado, sem contudo oferecer uma solução satisfatória para o longo prazo.

ALTERNATIVA D:

Resulta da perspectiva de uma abordagem mais sistemática da questão do abastecimento alimentar quanto ao setor de mercados, bem como ausência de um estudo de viabilidade que abarque toda a problemática do peixe. Temos pois que qualquer pré-definição do problema, desvinculada dos estudos necessários, pode colocar em risco parcelas consideráveis de recursos públicos municipais, sem representar necessariamente máximos ganhos de eficiência.

ANEXO 4INDICAÇÕES GERAIS PARA O ESTUDO DE FEIRAS E MERCADOS:

- I - Levantamento e sistematização dos dados disponíveis na PMS quanto a operação das feiras e mercados. Os dados 'devem ser coletados de forma a possibilitar uma visão ' individual do equipamento, para mais adiante inserir-se numa abordagem sistêmica:
 - a - Quantificação e níveis de intervenção da estrutura administrativa municipal no Mercado ou Feira;
 - b - Arrecadação.
- 2 - Formação dos micro-perfis urbanos de cada equipamento a partir do levantamento de dados secundários pré-existent:
 - a - Localização do equipamento;
 - b - Níveis de renda da população circunvizinha;
 - c - Contingente populacional;
 - d - Infraestrutura de serviços existentes na área (ou-
tros mercados e feiras, supermercado, armazens etc).
- 3 - Estabelecimento, através pesquisas diretas, do desempenho micro-econômico dos mercados e feiras:
 - a - Quanto a atividade Comercial:
 - número de vendedores por grupo de produtos;
 - número de boxes e área ocupada por grupo de produtos;
 - tempo de atividade dos comerciantes;
 - níveis de preços;
 - volume transacionado;
 - mecanismo de venda (à vista ou a crédito);
 - valor comercial;
 - locais de suprimento aos comerciantes.
 - b - Quanto ao mercado consumidor:

- frequência média dos consumidores;
 - localização urbana dos consumidores;
 - estudo da tendência e avaliação sensorial junto ao consumidor, teoricamente abrangido pelo mercado ou feira.
- c - Estudo comparativo dos níveis de competição de preços em relação aos principais equipamentos de rede varejista em Salvador (feira mercado, horto, super-mercado, vendedores não agrupados etc).
- d - Proposição de alternativas para os mercados ou feiras em estudo.
- e - Medidas finais de implantação do Projeto
- exame da adequação da estrutura física do mercado as novas funções;
 - lay-out geral.

CUSTOS

As estimativas dos custos do Plano estão baseadas na parte de Recursos Humanos, na escala salarial de abril de 1976 do pessoal contratado da Prefeitura, assim como numa previsão preliminar dos preços para o cálculo dos recursos físicos e materiais.

Os custos aqui previstos não incluem os gastos com instalações, combustíveis para veículos, material de consumo para copa, material de limpeza, depreciação em geral, despesas com reprodução de documentos e aplicação de questionários.

Dessa forma os custos estão assim distribuídos:

	(Cr\$1,00)
<u>Recursos Humanos</u>	1.628.928*
Coordenação.....	68.640
Consultoria.....	300.000
Equipe técnica permanente.....	749.760
Apoio téc. (aux. e estagiários).....	60.270
Apoio Administrativo.....	74.352
Encargos Sociais (30%).....	375.906
<u>Recursos Materiais</u>	194.200
Material de consumo.....	3.000
Material permanente.....	141.200
Equipamento.....	50.000
<u>Viagens</u>	40.000
Passagens e hospedagens.....	40.000
<u>Sub-total</u>	1.863.128
<u>Eventuais (103)</u>	186.312
<u>CUSTO TOTAL</u>	<u>2.049.440</u>

*As especificações desse item são apresentadas no QUADRO III que segue.

QUADRO III
ESPECIFICAÇÃO DE CUSTOS⁽¹⁾

Recursos Humanos

DISCRIMINAÇÃO	PROFISSIONAIS REQUERIDOS	QUANTIDADE	DURAÇÃO	REMUNERAÇÃO (Cr\$ 100)		TOTALS
				UNITÁRIA	TOTAL	
COORDENADORIA	TÉCNICO UNIVERSITÁRIO	1	9 meses	9.580	86.240	86.240
CONSULTORIA	Consultor em Economia	1	250 horas	500/hora	125.000	100.000
	Consultor em Engenharia	1	125 horas	500/hora	62.500	
	Consultor em Arquitetura	1	125 horas	500/hora	62.500	
	Consultor em Administração	1	100 horas	500/hora	50.000	
MERCADOS e FEIRAS	Economista	1	7,5 meses	8.560	64.200	122.700
	Economista	1	7,5 meses	7.260	54.450	
	Sociólogo	1	7,5 meses	7.260	54.450	
	Arquiteto	1	7,5 meses	7.260	54.450	
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	Administrador	1	7 meses	8.560	68.080	100.100
	Economista	1	7 meses	5.720	45.760	
ESTUDOS DE VIABILIDADE	Economista	3	7 meses	8.560	25.680	121.100
	Economista	2	7 meses	5.720	11.440	
	Estatístico	1	7 meses	8.560	68.080	
	Administrador	1	7 meses	7.260	58.080	
	Engenheiro	1	7 meses	7.260	58.080	
APOIO TÉCNICO	Aux. Técnico de Administração	1	7 meses	1.839	14.713	17.170
	Aux. Técnico de Economia	3	7 meses	1.839	36.610	
	Estagiário de Economia	2	7 meses	627	9.779	
APOIO ADMINISTRATIVO	Aux. Administrativo	1	7 meses	4.230	33.840	74.352
	Motorista	1	7 meses	1.500	12.000	
	Datilógrafo	1	7 meses	1.539	12.313	
	Desenhista	1	7 meses	1.839	14.713	
	Servente	2	7 meses	606	9.684	
SUB-TOTAL						1.021.012
ENCARGOS SOCIAIS (30%)						306.304
TOTAL GERAL						1.327.316

(1) Preços de Abril de 1970

FONTES DE
FINANCIAMENTO

PRODESQ

A aplicação de recursos financeiros em investimentos voltados para o abastecimento alimentar pode se efetivar valendo-se a Prefeitura das linhas de financiamento tradicionais disponíveis na Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL, na Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPUP, Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia-DESENBANCO e, na área exclusiva de pescado, na Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE.

Estas constituem opções de fontes de financiamento exclusivas para aplicação em investimentos fixos. Preliminarmente, admite-se a mobilização de recursos próprios para o custeio desse Plano de Trabalho. Contudo, não se afasta de imediato a possibilidade de se contar com recursos para financiamento dos estudos prospectivos propostos neste Plano de Trabalho, devendo os mesmos serem negociados com as possíveis fontes financiadoras (p. ex.: FINEP) a partir da estruturação específica de cada um.

Além dessas alternativas de financiamento para investimento, apresentam-se outras situadas a nível do Banco Nacional de Habitação - BNH, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE. Estas são ilustradas no quadro IV, a seguir.

QUADRO IV

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA FINS DE ABASTECIMENTO

PROGRAMA	ENTIDADE FINANCIADORA	LIMITE DO INVESTIMENTO	ENCARGOS			PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	CARÊNCIA	FORMA DE PAGAMENTO
			JUROS	C. MONETÁRIA	TAXA DE SERVIÇO			
FEDU — FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	BCO. BRASIL BNH CEF	ATÉ 80% ,EXCEPCIONALMENTE ATÉ 100%	10% a.a	SEMELHANTE A CITH	1% S/C VALOR DE CADA DESENVOLSO	7 ANOS	3 ANOS	TRIMESTRAL
EMIREP — EMPRÉSTIMOS PARA INVESTIMENTOS COM RECURSOS DO PASEP.	BCO. BRASIL (PASEP)	ATÉ 80% ,EXCEPCIONALMENTE 90% DO CUSTO DO EQUIPAMENTO	A DEFINIR	_____	_____	4 ANOS	1 ANOS	A DEFINIR
FINEP — FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	SEPLAN	ATÉ 80%	6% a.a	10% C. SENDO PREFERIDA PELO CNH	2% a.a	5 ANOS. PODEND SER AJUSTADO	_____	A DEFINIR
SEPLAN — FINANCIAMENTO PARA O PLANEJAMENTO URBANO	BNH	ATÉ 100% DO INVESTIMENTO	4% a.a MÁXIMO	_____	1% DE ADM. 2% DE ANALISE E ACOMPANHAMENTO	7 ANOS	3 ANOS	MESES
PIE — PROGRAMA DE INFFA — ESTRUTURA	ENRE	ATÉ 60% DO INVESTIMENTO	8% a.a	ÍNDICES DAS ORTN	_____	ATÉ 15 ANOS INCLUINDO CARÊNCIA	ATÉ 18 m	A DEFINIR